



Dissertação para a Obtenção do Grau de Mestre em Gestão e Valorização do Património

Histórico e Cultural

Especialidade

Património Artístico e História da Arte

Tema:

**Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde):
Estratégias de Conservação e Valorização do Património.**

Autor:

José Jorge Viriato Mendes Landim

Orientador:

Professor Doutor Filipe Themudo Barata

Évora,
Fevereiro, 2013

ÍNDICE

Dedicatória.....	6
Resumo	7
Abstract.....	8
Rezumu (em Crioulo de Cabo Verde)	9
Introdução	10
CPÍTULO I – OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA, METODOLOGIA E FONTES	14
1. Objetivos	14
2. Problemática.....	17
3. Metodologia	19
4. Fontes e estado da Arte	24
5. Conceitos e enquadramento teórico	27
CAPÍTULO II – UMA ÁREA ESPECIAL: CONHECER SERRA MALAGUETA.....	30
1. O território e a população.....	30
1.1. A geografia da área	30
1.2. População, modos de vida e uso tradicionais da Serra	33
1.3. Mudanças de práticas sociais e de relação com a terra.....	41
2. O património da Serra da Malagueta.....	43
2.1. Um património construído que se vai perdendo	43

2.2.	A memória das comunidades e a preservação do património imaterial.....	47
2.3.	Um património natural e paisagístico e a vontade de o preservar	50
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA.....		55
1.	Um balanço com vista ao futuro	55
1.1.	Avaliação realista – Uma análise SWOT	55
1.2.	Equacionar as fragilidades e potencialidades da Serra da Malagueta. Ponto central de uma reflexão.....	61
2.	Em busca de paradigmas de boas práticas: comparar estudos de caso	66
2.1.	O caso da Jurisdiction de Saint-Émillion.....	66
2.2.	O Parque Natural da Serra de São Mamede	71
3.	As condicionantes de uma intervenção	76
3.1.	As regras gerais: a legislação nacional e os documentos internacionais	76
3.2.	O Plano de Gestão da Serra da Malagueta: Avaliação do documento e do desempenho da gestão	83
3.3.	O papel das Associações Comunitárias na defesa do (s) património (s)	86
4.	Guide lines para um projeto na Serra da Malagueta	88
4.1.	Reforçar o papel das associações comunitárias	88
4.2.	Definir linhas e critérios de sustentabilidade da produção agrícolas.....	91
4.3.	Consolidar, estudar e promover as práticas de preservação do Património imaterial	94
4.4.	Instrumentos de monitorização	103
5.	Conclusões & recomendações.....	110

6. Referências bibliográficas	113
7. Anexos.....	121

Agradecimentos

Considerando esta dissertação como resultado de uma longa jornada, mostrar gratidão pode não ser tarefa fácil, e nem justa. Para não correr o risco da injustiça, agradeço de antemão a todos os que, de alguma forma, passaram pela minha vida e contribuíram para a construção de quem sou hoje. E agradeço, particularmente, a algumas pessoas pela sua contribuição direta na elaboração deste trabalho:

A minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que chegasse a esta etapa da minha vida.

O Professor Doutor Filipe Themudo Barata, pelo incentivo e apoio manifestado, pelo acompanhamento realizado ao longo de todo o trabalho, pelas sugestões críticas que permitiram melhorar as versões anteriores e, principalmente, por me ter ajudado a crescer no domínio científico e pessoal.

Os(as) Professores(as) do Curso de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural da Universidade de Évora, pelo empenho e dedicação na transmissão dos saberes e, a gratidão, alargo ainda aos amigos e colegas, pelos incentivos e apoios constantes.

Dedicatória

À minha família que sempre me encorajou a
Lutar pelas coisas em que acredito, em especial,
À Anilda (minha esposa), que acompanhou todos os momentos da minha trajetória,
Em que dividi minhas inseguranças e expectativas.
Também à Joseane Fátima e Edson Viriato,
Causas da minha labuta.

Resumo

Com esta dissertação, pretende – se, em primeiro lugar, dar a conhecer Serra Malagueta enquanto Parque Natural, um meio geográfico cujo área de dois mil e seiscentos hectares e uma altitude de cerca de mil metros, tendo na sua dependência 579 habitantes, sendo, 290 masculinos e 289 femininas repartidas, aproximadamente, em 74 agregados e abarcando parte de três concelhos: Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel, sendo este último de maior abrangência.

Trata-se de uma área que apresenta uma enorme biodiversidade, mas também possui um património cultural, material e imaterial, de relevo. É neste tipo de regiões que se coloca a premência e necessidade de uma relação sustentável entre o homem, o ambiente e o património.

Além de observar as características patrimoniais da região, importa perceber as dificuldades que se levantam a sua preservação e conservação, pelo que se destacam os fatores ou conjunto de fatores que estão intimamente ligados aos jogos de interesses, vários, e que a preservação e conservação desse património dependem da harmonização da tríade ambiente/natureza, a sociedade e o económico.

Finalmente, impõe-se a análise das questões relativas à valorização do Parque, a sua preservação e conservação numa perspetiva de integração ambiental, social e económico sustentável, estribadas num conjunto de estratégias e que poderão ajudar a gerir conflitos, garantindo, também, a valorização de Serra Malagueta enquanto Património.

Palavras-chave: Parque Natural; Património; Conservação; Valorização.

Abstract

Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde): Strategies for the Enhancement and Conservation of Heritage

This dissertation aims firstly, to inform Malagueta while Sierra Natural Park, with geographic area of two thousand six hundred acres and an altitude of a thousand meters, and its dependence on the 579 being, 290 male and 289 female split approximately in 74 households and covering part of three counties: Santa Catarina, and São Miguel Tarrafal, the latter being a larger scop inhabitants.

This is an area that presents an enormous biodiversity but also has a cultural heritage, both tangible and intangible, of relief. It is this type of regions which arises the urgency and necessity of a sustainable relationship between man, the environment and heritage.

Besides looking at the specs sheet of the region is important to understand the difficulties that arise preservation and conservation, by highlighting the factors or combination of factors that are closely related to games of interest, multiple, and the preservation and conservation of this assets depend on the harmonization of the triad environment / nature, society and economy.

Finally, it must be the analysis of issues related to the valuation of the Park, its preservation and conservation perspective of integration in environmental, social and economic development, supported and a set of strategies that can help manage conflicts, ensuring also the recovery Sierra Malagueta while Heritage.

Key word: Natural Park, Heritage, Conservation, Valorization

Rezumu (em Crioulo de Cabo Verde)¹

Ku es disertason, kedu prinsipalmenti pa Sera Malageta, enkuantu parki natural, fika ta konxedu. Es parki natural ten 2.600 ha di aria na serka di 1.000 m di altitudi. Ta vive nel 74 familia ku un total di 579 algen undi ki 290 e matxu i 289 e femia. Sera Malageta ten padas na Konselhu di Santa Katarina, padas na di Tarafal i padas na di San Migel. Padas di San Migel e mas grandi ki kes otu 2 padas.

Nu ta atxa nes parki natural non so un enormi biodiversidadi, mas tanbe, un inpurtanti patrimoni u kultural, material i imaterial. E nes tipu di spasu ki nu ten txeu nesesidadi di un relason sustentavel entri omi, ambienti i patrimoni u.

Nu ta meste non so analiza kes karateristika patrimonial di es rejion, mas tanbe identifika kes risku na prezervason i konservason trokadu konfliktus di interesi, tudu ku objetivu di tenta diskubri pontu di armonizason ki ta garanti prezervason i konservason di es triadi ambienti (natureza), komunidadi i ekonomia.

Dipos di identifika forma di armonizason di interesis konflituozu, nu meste inda identifika un konjuntu di stratejias ki ta asegu ra valorizason sustentavel di Sera Malageta enkuantu parki natural i patrimoni u, tudu nun ambienti di integras on ambiental, sosial i ekonomiku.

Palavras-xavi: Parki Natural; Patrimoni u; Konservason; Valorizason.

¹ DECRETO-LEI n° 67/1998. “Bases do Alfabeto Unificado para a Escrita do Crioulo Cabo-verdiano”, *Boletim Oficial – 5º Suplemento*, 48, 31 de Dezembro, 19-23. (Tradução feita pelo Amigo: Marciano Moreira- os nossos agradecimentos - Marsianu nha Ida padri Nikulau Ferera.)

Introdução

Serra Malagueta? *A priori*, e logicamente, vem uma definição académica como sendo uma grande extensão de montanhas ligadas umas às outras e que se convencionou a atribuí – la o sobrenome de Malagueta. Portanto, Serra Malagueta ou Serra da Malagueta.

No entanto, a primeira imagem e a definição do autor é outra.

Baseada na experiência vulgar ou imediata, não metódica nem racionalmente interpretada e organizada, foi um lugar que marcou o percurso diacrónico da sua vivência e convivência. Um espaço que, outrora, constituía uma virtude de sobrevivência dos habitantes afetos a Serra, os do seu interior ou limítrofes, mas também espaço de esperança para os animais, pois, a disponibilidade do pasto significa sobrevivência do gado. Os terrenos da Serra Malagueta garantem produções agrícolas mesmo nos anos de escassa pluviosidade, constituindo, por conseguinte, um importante recurso para as comunidades.

Era, então, um espaço de disputa, por parte das comunidades, de melhores e maiores campos de cultivo, sobretudo da batata-doce, milho maïs, feijões sapatinha e pedra, basicamente. Um lugar de pastos para os animais bem como um espaço privilegiado para a obtenção da principal fonte de energia, a lenha. Esta descrição foi testemunhada pelo próprio autor no tempo em que vivia na região.

Cabo Verde possuía em 1975, ano da independência, menos que 1% (um por cento) do país reflorestado. As zonas reflorestadas situavam-se, principalmente, nas zonas de altitude das ilhas mais montanhosas, nomeadamente Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo (MONTEIRO, 2011). Daí que, num panorama de estiagem e seca, do descampado das paisagens, Serra Malagueta constituía um lugar privilegiado, de eleição e concurso das populações.

Por outro lado, era um espaço de conflitos. O interesse das populações que viam na Serra Malagueta um meio de combate à fome e miséria, em antítese com a filosofia das

autoridades civis que combatiam o arroteamento e punham em prática programas de reflorestação. O autor conheceu e lembra-se dos conflitos frequentes entre os guardas florestais, os famosos “Monteirinho” e João Gomes (“Djon Gomi”, em Crioulo de Cabo Verde) com as populações que concorriam à Serra.

Ainda, escritas nas páginas da memória: a casa dos guardas; os fontenários em lugares de difícil acesso; o Posto de gestão, controle e monitorização da Serra; as casas; a apanha da lenha e pastos; a plantação da batateira; a recolha e a venda de batata-doce aos comerciantes; o entretenimento das crianças, e não só, que guardavam as plantações, estando nas suas cabanas jogando oril em tabuleiros² (**figura - 001**) feitos no chão ou em flor de sisal (conhecido também em Santiago de carrapato), ou ainda atirando pedras aos pardais e macacos com a funda, bem como as sementeiras e as mondas. Mas, pode – se recordar, ainda, as convivências e os credos.

Estes motivos da vivência estão na base da investigação que hora se apresenta, num confronto em simbioses das práticas que perduraram versus as novas.

Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde): Estratégias de conservação e valorização do património; firma sobre três pressupostos:

Primeiro, as motivações que alavancaram esta investigação, estas, acima – mencionadas em epígrafes, impondo uma revista aos locais de memória, bem como a confrontação dos factos presentes com a memória.

Assim, *in loco*, pode – se averiguar quais os feitos humanizados móveis e imóveis que conseguiram resistir ao tempo.

Agora, mais uma vez, Serra Malagueta?

² Também o tabuleiro pode ser de madeira (figura). O oril é um dos jogos mais populares de Cabo Verde. Foi trazido para o arquipélago por povos da Costa da Guiné, que vieram povoar o arquipélago a partir do Século XV d.C.. Existem várias formas, mas o objetivo principal é capturar o maior número de pedras ao adversário. O cálculo mental, a previsão e a antecipação são a chave fundamental deste jogo.

É, desta sorte que se quer, num segundo momento, mostrar e dar a conhecer Serra Malagueta enquanto uma área especial. Parque Natural vinculado através do Decreto nº3 /2003, de 24 de Fevereiro, inscrito num meio geográfico cuja superfície de dois mil e seiscentos hectares, cobrindo parte de três concelhos: Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel e na sua dependência 579 habitantes que têm como atividade económica, básica, a agricultura e pecuária.

É nesta nova conjuntura, que balizam as atuações dos residentes do Parque, assim como de toda a população confinante, isto é, as zonas de amortecimento. Pois, enquanto Parque Natural, é uma área protegida por lei com o objetivo de preservar.

No entanto, como o Parque, em si, é um património natural, provido de uma biodiversidade ímpar no conjunto da ilha, no particular, e País, no geral, dotado de um conjunto de bens tangíveis móveis, imóveis e, ainda, imateriais, forjados numa relação: Serra Malagueta, o tempo, os habitantes e as suas necessidades que, neste quadro, através do terceiro capítulo, delineou propostas ou estratégias de conservação e valorização de Serra Malagueta ou da Malagueta, enquanto património.

Pois, o propósito é ultrapassar a máxima do Plano de Gestão da Serra, enquanto instrumento de ordenamento territorial preocupado, em primeira mão, com a proteção da biodiversidade local e a integração socioeconómica das comunidades, mas sim, muna visão da Serra Malagueta, um parque cultural, dotado de uma paisagem (BANDER, 2002:102) *criada a partir de compreensão das pessoas e compromisso com o mundo ao seu redor, (...) estando sempre no processo de renovação e modelagem.* Isto é, Serra Malagueta definida como uma paisagem cultural entendida como, *l'ouvrage combiné de la nature et de l'homme', désignés à l'Article 1 de la Convention. Illustrent l'évolution de la société et des établissements humains au cours des âges, sous l'influence de contraintes et/ou des atouts présentés par leur environnement naturel et les forces sociales, économiques et culturelles successives, tant internes qu'externes*³.

³ <http://whc.unesco.org/fr/exhibits/cultland/histterm.htm>, Site de l'Unesco, Paysages Culturels, Histoire et terminologie. Consultada em : 02/11/2012, 16 :32.

(O trabalho conjunto da natureza e do homem, assegurado no Artigo 1 da convenção. Ilustra a evolução da sociedade ao longo do tempo, sobre restrições e oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e social, económico e cultural internas e externas.)

Por conseguinte, em análises das potencialidades, fragilidades, e ameaças procurar – se identificar soluções que coadunem com o território físico, o modo de vida das comunidades, assim como as perspectivas futuras dos residentes, o que passa pelo reforço do papel das comunidades, associadas ou não, na assunção de atitudes proactivas e de buscas de solução, resolução ou gestão das dificuldades e expectativas.

Para chegar aos melhores resultados em estratégias de conservação e valorização de património, dois casos diferentes, e que constituem sucessos, foram estudados; o objetivo é poder comparar soluções e propostas. Neste caso, la Juridiction de Saint-Émilion, Bordeaux, France, declarado património mundial pela UNESCO em 1999 e o Parque Natural da Serra de S. Mamede, Portugal.

As analogias feitas permitiram refletir e questionar práticas de conservação e valorização patrimonial pertinentes e que podem ser ajustadas em outras latitudes e realidades.

Também, por último, as linhas e critérios de sustentabilidade da produção agrícolas numa abordagem estabeleceram – se virada para a paisagem, bem como, a produção e valorização do produto local.

Mas, um outro elemento final foi a tentativa de avaliar o valor patrimonial dessa serra e, depois, estabelecer, em caso de projeto, os critérios de monitorização que importaria promover. Este trabalho ganha sentido se, antes, for tentada avaliar as condições de exequibilidade do projeto que se pretende implementar e as oportunidades que aproveita e as ameaças que tem de fazer frente.

CPÍTULO I – OBJETIVOS, PROBLEMÁTICA, METODOLOGIA E FONTES

1. Objetivos

Tendo em consideração a Serra Malagueta enquanto objeto deste estudo, um espaço que se destaca pelo panorama verde de esperança e vida na imensidão das estiagens cíclicas, das brumas do deserto de Sarra, do castanho do solo e das rochas que caracterizam o panorama mais comum e vulgar que as retinas oculares registaram e registam no desfilar diacrónico das vivências do homem cabo-verdiano ou reportando Ouvídio Martins na sua célebre poesia que celebra a insularidade do arquipélago, “Os Flagelados do Vento Leste”, que diz:

(...)

Somos os flagelados do vento leste!

O mar transmitiu-nos a sua perseverança

Aprendemos com o vento a bailar na desgraça

As cabras ensinaram-nos a comer pedras

Para não perecermos

Somos os flagelados do vento leste!

*Morreremos e ressuscitamos todos os anos para desespero dos que nos impedem a
caminhada*

Teimosamente continuamos de pé

num desafio aos deuses e aos homens

E as estiagens já não nos metem medo

porque descobrimos a origem das coisas

Somos os flagelados do vento leste!

(...)

Intriga o seu reconhecimento e proteção, não só como um espaço protegido através de instrumentos de gestão territorial, um plano de gestão de um Parque Natural, mas sim um património natural e paisagístico.

Daí a o tema “Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde): Estratégias de Valorização e Conservação do Património” onde se pretende, no geral:

Definir estratégias de valorização e conservação de Serra Malagueta enquanto Património, bem como; verificar como os problemas locais da Serra Malagueta fazem parte de uma problemática mais geral de conservação e valorização das paisagens.

Nesses termos, através de reflexões, análises documentais e de terreno, estudos de casos ou de outras realidades que compartilham os mesmos problemas, mas conseguiram introduzir páticas que podem ser referências ou sendo implementadas em Serra Malagueta.

No particular, o que se pretende com o estudo é:

- a. Reconhecer a Serra Malagueta como um património a ser valorizado e conservado;
- b. Diagnosticar os fatores que podem suportar a valorização e conservação de Serra Malagueta, Parque Natural e Património e por último;
- c. Dispor as instituições e os responsáveis pelo Parque de um instrumento que os auxilia na gestão sustentável do Parque.

Isto com o fito de transformar a Serra Malagueta num lugar preservado e conservado mas também dotando - a de um conjunto de perspetivas de desenvolvimento sustentável⁴, isto é, *aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem*

⁴ In “Our Common Future”, 1987, também designada por “Relatório de Brundtland”, por se tratar do resultado do trabalho de uma comissão nomeada pelas Nações Unidas, intitulada “WCED – World Commission on Environment and Development”, presidida pela Ministra do Ambiente Norueguesa, Gro Harlem Brundtland, onde trás a mais famosa definição de desenvolvimento sustentado.

comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas, visando novos paradigmas de atuação com respeito à capacidade do meio (RODRIGUES,2009:36), e que deve resultar – se uma interação lógica, o que quer dizer, uma relação conjugada e harmoniosa de fatores ou elementos fundamentais, a tríade ambiente, sociedade e o económico.

2. Problemática

Não obstante a Serra Malagueta ser um Parque Natural tendo um plano orientado a dar respostas aos constrangimentos identificados a nível do Parque, com vista a uma gestão sustentável dos recursos naturais, com a participação efetiva das comunidades locais, este requer abordagens e atitudes consentâneas à sua gestão e firmadas em estratégias de valorização do bem patrimonial.

Assim, é necessário, mais do que o zonamento e ordenamento do território, ou a classificação dos diferentes tipos de usos de solos em função das suas potencialidades e limitações, regulando a sua compatibilidade ou incompatibilidade nas diferentes zonas, estabelecer as normas e as diretrizes de gestão do Parque e, reconhece – lo enquanto património. Por isso, importa fazer um levantamento completo do património da área.

Outra(o) questão/fenómeno em que se regista em certas localidades que constituem o Parque tem a ver com o êxodo da população. Pois, alguns destes lugares constituem espaços encravados onde as oportunidades do mundo global estão limitadas. Pois não dispõe de energia elétrica, equipamentos sociais de animação de tempos livres, as oportunidades escolares são mais deficitárias, já que, os estabelecimentos de ensino secundário geral e técnico estão relativamente afastados.

Em contrapartida, existem as associações comunitárias, uma parceira importante no desenvolvimento destas comunidades, com a procura de soluções consentâneas às diferentes dificuldades, embora, a maioria dos líderes comunitários possuem um baixo nível de escolaridade o que dificulta a gestão das dificuldades e expectativas comunitárias, por conseguinte, muitas das vezes, acabam por engendrar inércias dentro das mesmas associações ou simplesmente tornam – se ineficazes.

Estas situações devem ser atacadas na base dos problemas, isto é, resolvendo as motivações que constituem as causas dos problemas. Resolvendo as questões de encravamento local, melhorando os acessos e acessibilidades, mitigando o êxodo rural com

condições nas localidades que sirvam de estímulos a fixação, mas também que estes espaços constituem lugares de imigração e atração. A formação profissional adequada às potencialidades do local, isto é, voltada para o desenvolvimento socio - económico e cultural do local, a capacitação das comunidades locais constituem pedra – de – toque para a resolução dos problemas locais. Daí a necessidade de apoiar – se em modelos bem conseguidos de práticas de gestão de parques naturais e culturais adaptados à realidade em estudo.

3. Metodologia

Uma tese estuda um objeto utilizando determinados instrumentos. Muitas vezes o objeto é um livro e os instrumentos são outros livros. (...) Noutros casos, pelo contrário, o objeto é um fenómeno real (...). (ECO, 2005:69).

A Serra Malagueta faz parte do conhecimento empírico e vivido do autor, através de lides com o meio natural, bem como a sua população. Constituiu, nos anos 80, um celeiro importante para a obtenção da lenha e pastos para as comunidades que habitavam o perímetro, bem como aquelas que localizavam os espaços limítrofes.

Revisitando a memória histórica do povo cabo-verdiano, desde a sua génese, este viveu as peripécias da seca em Cabo Verde, em crises cíclicas, que fez com que muitos questionassem a própria viabilidade do povoamento. AMARAL (1986), citando o livro “Le coton Chez le Noire”, C. Monteil que visitou Cabo Verde no século XVIII, dizia: *“aqui não havia condições naturais para a fixação humana e que em tal ambiente físico só era possível fundar entrepostos de escravos”*, fim da citação. Na hostilidade da estiagem e seca em que a chuva é uma bênção, (FORTES, 2001) *chove no povoado a sua chuva de séculos /e a goela das ribeiras /incha-se de aplausos /Que a chuva /é /Podium /na maratona das nossas artérias.*

A Serra Magueta constitui e constituiu, para toda a população do Parque e zonas de amortecimento, esperança, pão/ alimento.

Devido ao seu microclima húmido, a agricultura de sequeiro, o cultivo de batata-doce, milho maïs e feijões constituíam, quase sempre, uma certeza de colheita e conseqüentemente o esconjuro da fome e a da miséria. Serra Malagueta, neste particular, era um espaço de tentação e esperança mas também de suicídio. Tentação e esperança, porque o espaço podia ser desmatado para dar oportunidade a mais espaços para a agricultura de sequeiro e, em consequência, mais produção para as populações.

Outro sim, o arrotear seria fim de pastos e da lenha - o suicídio -, principal fonte de energia para as populações do interior, sendo ainda, no meio rural (CENSO 2010) cerca de 61.5% da população utiliza a lenha/carvão como principal fonte de energia na confeção dos alimentos, sendo 72.6% para São Miguel, 52.2% Tarrafal e 51.4%, respetivamente, para Santa Catarina, concelhos que agregam o Parque Natural.

O valor patrimonial da Serra era pensado, por parte dessas populações, somente naquilo que podia oferecer ao nível da agricultura, pastos e lenha. Esta pressão fez com que, nos finais de setenta e anos oitenta, se tivesse verificado um grande desmatamento, não obstante o impedimento por parte das autoridades civis que colocaram guardas em todo o perímetro florestal.

A investigação que hora se apresenta, estribou e fez – se orientar pelo conhecimento empírico do passado do local bem como presente, pelo visitar a Serra, constatar as práticas antigas que ainda perduram, as pressões sobre o meio e ecossistema, as bases económicas locais, todo o património material e imaterial construído, bem com o fenómeno do êxodo rural num espaço que outrora era cobiçado.

Não obstante a escassez de bibliografia sobre a Serra Malagueta, mas precisamente voltada para questões patrimoniais e culturais, é de destacar o Plano de Gestão de Serra Malagueta, (PLANO DE GESTÃO, 2003:11) um instrumento fundamental de áreas protegidas e, que constitui uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspetos geológicos e geomorfológicos, a proteção de valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano, tendo por objetivo dar respostas aos constrangimentos identificados a nível do Parque, com vista a uma gestão sustentável dos recursos naturais, com a participação efetiva das comunidades locais, fazendo um diagnóstico geral do parque em todos os sectores, mas também, apontar um conjunto de propostas de gestão do parque Natural.

Também são notórias informações gerais sobre o Parque encontradas em vários *sites* oficiais como é o caso do de Parque Natural de Serra Malagueta, os blogues, a

wikipédia e a enciclopédia livre digital, tendo como propósito dar a conhecer o Parque, bem como a promoção turística.

Também há teses e dissertações que abordam questões relacionadas com o Parque, mais em aspetos Geológicos e morfológicos, como o caso da tese de doutoramento de José Manuel Pereira, 2010, em Ciências, Área de Conhecimento de Geologia, cujo tema: Conceção de uma Estratégia de Geoconservação para Cabo Verde e sua aplicação à Ilha de Santiago; A dissertação de mestrado de Florisvindo Jamilito Furado, 2009, tema: A Captação da Água no Nevoeiro no Parque Natural de Serra Malagueta, área de Ambiente e Ordenamento, bem como a de Filomena Gonçalves, 2010, área de Administração Pública e tema: «Associativismo e Desenvolvimento», Contribuição das Associações Rurais do Interior da Ilha de Santiago no Desenvolvimento de Cabo Verde: O Associativismo como alternativa de Desenvolvimento Local e Sustentabilidade social, esta, fazendo um abordagem particular da Associação Comunitária de Serra Malagueta.

Destacamos também, o Relatório da Direção Geral do Ambiente, Áreas Protegidas de Cabo Verde, 2006, em que faz uma análise exaustiva sobre o Parque de Serra Malagueta; os PDM's (Plano Diretor de São Miguel, Tarrafal e Santa Catarina, mas com poucas referências, quando não nulas, sobre o Parque.

Também o conhecimento empírico do parque, já antes referido, assim como a visita feita no âmbito do trabalho permitiu um levantamento de valores patrimoniais do Parque.

Há uma diversidade cultural patrimonial material móvel e imóvel como por exemplo as casas rurais tradicionais, a cestaria, tecelagem, as esteirarias, a alimentação e artes domésticas, utensílios domésticos (de barro como de outros materiais como é o caso de metal), artesanato, cordoaria, curtumes que carecem de levantamento, estudos mas também propostas de conservação e valorização.

No mesmo diapasão há um rico património imaterial como a tradição oral em que se destaca, as estórias, os mitos e lendas, as credices e superstições, os tabus, os medos, os amuletos (objetos que se usam com o objetivo de se conseguir proteção sobrenatural), os provérbios, as adivinhas, a medicina popular, a meteorologia popular, as normas

consuetudinárias, o crioulo, a música tradicional, os jogos, as cantigas de ofícios, para a região do Parque destaca – se de guarda de cultura (pardal, corvo e macaco).

Como se adivinha, também Serra Malagueta é um rico Património Geológico e Natural, sendo a segunda maior elevação em Santiago, (PLANO DE GESTÃO, 2003) do ponto de vista geomorfológico, possui diversas características, geologicamente novas: os picos e as encostas inclinadas de cumes recortados são separados por vales profundos, por grandes ravinas e por desfiladeiros, criando mudanças bruscas na elevação e, também, devido à diversidade de altitude e de microclima é possuidora de uma rica biodiversidade.

Ele abriga uma grande variedade de plantas (123 espécies), aves (19 espécies), mamífero (3 espécies), anfíbio (1 espécie) e invertebrados (46) que foram investigados até o momento, mas também, um total de 29 espécies de plantas endémicas o Parque é um dos locais mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde (**inventário em anexo**). Também com as suas 6 espécies/subespécies de aves endémicas de interesse para conservação global, Serra Malagueta pode ser classificada como uma área importante de aves, (PLANO DE GESTÃO, 2003).

Da visita de terreno pode – se constatar e confirmar, ainda, que há bastante dificuldade em matéria de levantamento, conservação e valorização, sobretudo no âmbito do património material e imaterial. Fora isso, o trabalho passou por um levantamento exaustivo de informações existentes e disponíveis sobre o Parque Natural de Serra Malagueta e sua zona de influência socioeconómica, nos domínios do clima, solo, flora e vegetação, fauna, habitats, paisagem, população, atividades económicas e culturais, assim como as infraestruturas e equipamentos urbanísticos e documentadas através de registos fotográficos.

Através de entrevistas suportadas por perguntas abertas, por forma a permitir a recolha de opiniões dos entrevistados de maneira mais eficiente possível, destacando as entrevistas com os Presidentes das Câmaras e Vereadores Municipais pelas áreas de Ordenamento do Território, Património e Cultura; com o Diretor do Parque Natural assim como os técnicos do Parque; com os responsáveis de várias associações comunitárias; com

peessoas anónimas afetas ao Parque; com técnicos do Instituto de Investigação e do Património Cultural.

Da recolha, constata -se uma unanimidade, nos entrevistados, em reconhecer a importância e o potencial do Parque, não só, enquanto um espaço natural e protegido, mas também um espaço de exploração turístico dotado de um valor patrimonial relevante e uma necessidade de conservação e preservação, e que, daí o mérito e a pertinência do trabalho.

Outra questão é a necessidade de, as recomendações que o trabalho emana, serem implementadas, acatadas e reajustadas em outros parques naturais do País.

Para além das bibliografias supramencionadas, visitas de campo e entrevistas, utilizaram – se as analogias que permitem refletir e questionar as melhores práticas de conservação e valorização patrimonial.

Para tal, usaram - se estudos de caso, como os da Jurisdiction de Saint-Émilion, situada a apenas 35 quilómetros do centro de Bordeaux, France e declarado património mundial pela UNESCO em 1999 e do Parque Natural da Serra de S. Mamede, Portugal. Desta forma pode – se constatar que realidades diferentes e em latitudes distintas, que padecem dos mesmos problemas, apresentam práticas *sui generis* e que podem ser arquétipos de boas práticas para a realidade em estudo. Como em muitas outras situações, a comparação é uma boa fonte de conhecimento prático.

Por fim uma análise dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e das ameaças.

A análise SWOT aplicada baseia-se na visita exaustiva, e in loco, feita a Serra Malagueta, bem como, nas premissas emanadas pelo Plano de Gestão do Parque Natural, o papel que as associações vêm tendo na conservação e valorização de Serra Malagueta, Parque e Património, partindo, em vista dessa, procurar e identificar soluções que coadunem com o território físico, o modo de vida das comunidades, assim como as perspetivas futuras dos residentes.

4. Fontes e estado da Arte

A investigação passou por consultas às fontes bibliográficas e documentais específicas e gerais que se relacionam com o tema de trabalho.

As recolhas tiveram lugar em plataformas como; www.rdpdc.uevora.pt (Universidade de Évora), www.rcaa.pt, permitindo o acesso às monografias, teses e *papers*, inclusivamente da CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa), www.openaire.eu, que tolera pesquisas de assuntos ou área de interesse, ao nível da União Europeia.

Ainda, as consultas e pesquisas tiveram lugares nas bibliotecas universitárias de Évora, Coimbra, Lisboa, de Cabo Verde, assim como nas Públicas e Municipais em Évora e Cabo Verde.

Também complementaram o trabalho outras fontes como: os arquivos institucionais e históricos (Arquivo Nacional – Histórico - de Cabo Verde; Instituto de Investigação e de Património Cultural; Ministério do Turismo, bem como do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural).

Apesar da existência de trabalhos sobre o espaço geográfico em estudo, sob o ponto de vista patrimonial, conservação e valorização, a bibliografia é escassa, para não dizer nula.

Assim, a investigação estribou -se sobre um vasto conjunto bibliográfico, entre publicações relativas ao objeto de estudo; trabalhos científicos publicados sobre outras realidades mas que servem como fatores de comparação; manuais que doutrinam sobre as questões do património, tal como os normativos, nacionais e internacionais, que balizam procedimentos de conservação e valorização patrimonial.

É de destacar, mais uma vez, a escassez de bibliografias sobre a gestão dos parques naturais, enquanto património em Cabo Verde, Serra Malagueta, a não ser o Plano de Gestão de Serra Malagueta, um instrumento fundamental de áreas protegidas e que constitui uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspetos geológicos e geomorfológicos, a proteção de valores culturais, estéticos e científicos, assim como a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano.

Mas, perante o tema de trabalho a imensidão das discussões e problemas semelhantes sobre a preservação das paisagens, a interação com as comunidades locais, a preservação dos vários tipos de património, os conceitos de hibridismo e autenticidade que este património (em especial o construído e o imaterial) comporta, bibliografias várias que suportam reflexões sobre o património e conservação, como refere Choay (2010,105), o conceito nasceu com a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens, mobiliários e imobiliários, do poder real, da igreja e da nobreza não deveriam ser destruídos, apesar de serem símbolos do antigo regime (...), daí os primeiros atos jurídicos da Constituição, ao colocar os bens do clero à disposição da nação (...) de seguida os dos emigrantes e por fim os bens da coroa.

O património pode ser o natural, isto é, os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico (UNESCO, 1972).

Enquadrado nesta problemática, o tema de trabalho encaminha para questões de paisagens e parques naturais enquanto (MASCARELHAS & THEMUDO, 2005:11) *model of active participation which aim and applicability concern the conservation and valorization of cultural landscapes; the improvement of rural population quality of life; land's memories preservation; sustainable development new practices; new areas of knowledge and apprenticeship. So, cultural park it's a tool relying the main aspects of human heritage: the connection between mankind and its natural environment and the footprints and marks that he spread in the landscape*⁵.

⁵ Modelo de participação ativa que tem como preocupação a conservação e valorização das paisagens culturais, a melhoria da qualidade de vida da população rural, numa perspetiva de preservação da terra, das memórias, e implementar novas práticas de desenvolvimento sustentável (Tradução resume: nossa).

Citando Sandra Breux (e outros, 2007), *não é fácil falar da paisagem. Com efeito, este conceito não é novo, uma vez que se refere a diferentes campos disciplinares que parecem separar os seus significados, dependendo do contexto em que ocorre. Desta forma como parte de uma abordagem culturalista e geográfica a paisagem é definida como matéria que se qualifica e desqualifica, sendo a qualificação de um lugar na paisagem, implica o reconhecimento, pelo sujeito (individuais e coletivas), dos atributos característicos ou propriedades do território, através dos mecanismos de percepção, principalmente o ótico multissensorial, mas ainda, a visão do pessoal social e cultural. Esta afirmação segue a ideia de que a paisagem é, antes de tudo, uma construção social,* fim de citação.

G. Chouquer (2001), lembrando Mechtild Rössler na 1ª seção da Convenção do Património Mundial, apresenta paisagem cultural como *um trabalho combinado do homem e da natureza e, que pode ser um jardim ou um parque, uma relíquia ou uma paisagem viva, mas marcada por sua história.*

Um dos componentes importantes no estudo da paisagem é a gestão das relações entre o ambiente/meio ou o habitat natural, *Oikos* (BERNARDI, 1989) *ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem atua*; o património construído, resultado da vivência do homem no tempo, a sustentação económica voltada para a satisfação das populações autóctones, como por exemplo, a de introduzir de uma agricultura voltada para a paisagem, isto é, a sua valorização, bem como a produção do produto local. COVAS (2008:2) propõe uma agricultura que é a cultura da paisagem global e da agricultura, a valorização dos territórios primários e dos seus atributos mais essenciais.

5. Conceitos e enquadramento teórico

O trabalho suporta em um conjunto de conceitos teóricos fundamentais para a compreensão de questões relacionados com a problemática do património, bem como a sua conservação e valorização.

No entanto, por se estar a trabalhar sobre uma área de conservação, fora de uma área urbana, protegida por lei com o objetivo de preservar a flora e a fauna local e proporcionar um ambiente de lazer, isto é, um parque natural, há também pertinência de uma abordagem do espaço em estudo enquanto *parque cultural*, (BARATA e MASCARENHAS, 2005) (...) is a model of active participation which aim and applicability concern the conservation and valorization of cultural landscapes; the improvement of rural population quality of life; land's memories preservation; sustainable development new practices; new areas of knowledge and apprenticeship. So, cultural park it's a tool relying the main aspects of human heritage: the connection between mankind and its natural environment and the footprints and marks that he spread in the landscape. (...)⁶.

Bem, como diz Sandra Breux, (e outros, 2007), *a paisagem é definida como matéria que se qualifica e desqualifica, sendo a qualificação de um lugar na paisagem, implica o reconhecimento, pelo sujeito (individuais e coletivas), dos atributos característicos ou propriedades do território, através dos mecanismos de percepção, principalmente o ótico multissensorial, mas ainda, a visão do pessoal social e cultural.* Portanto, paisagem é, antes de tudo, uma construção social.

Numa incursão à génese do termo património aperceberemos que deriva no latim “*patrimonium*”⁷ e entendido como a herança que os filhos recebiam dos pais ou dos

⁶ “ (...) um modelo de participação ativa que visa a conservação e valorização das paisagens culturais; a melhoria da qualidade de vida da população afeta, isto é, terras ou espaços de memórias e preservação com novas práticas de desenvolvimento sustentável e uma conexão entre a humanidade e seu ambiente natural bem como as marcas deixadas na paisagem”. (...).

⁷ FUNARI, Pedro Paulo A; Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 2001,pg.1.

antepassados, uma herança que deve ser preservada e conservada. A noção de Património nasceu com a Revolução Francesa, com a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens, mobiliários e imobiliários, do poder real, da igreja e da nobreza não deveriam ser destruídos, apesar de serem símbolos do antigo regime, mas sim tornarem-se propriedade da Nação neste contexto, surgem em França as primeiras medidas da salvaguarda dos monumentos históricos, tomadas durante a Revolução de 1789 (Choay, 2010). O património pode ser o natural, isto é, os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico (UNESCO, 1972).

Outro conceito que faz parte do léxico deste trabalho é o *turismo sustentável*⁸, como aquele que visa satisfazer as necessidades e expectativas dos turistas atuais e das regiões de destino, ao mesmo tempo que potencia estas oportunidades para as gerações vindouras. Baseia-se essencialmente na gestão dos recursos naturais de modo a satisfazer, simultaneamente, objetivos económicos, sociais e estéticos, ao mesmo tempo que assegura a integridade dos processos ecológicos, a biodiversidade e o funcionamento dos sistemas que suportam a vida e a própria atividade turística. Implica continuidade e por isso mesmo, utilização otimizada do ambiente e dos seus recursos naturais, maximização dos benefícios económicos, nomeadamente para as comunidades locais. Significa uma gestão eficiente das estruturas necessárias à operacionalização daqueles objetivos e a sua integração em todos os aspetos do desenvolvimento turístico para que se torne efetivamente economicamente viável, socialmente responsável e ecologicamente seguro.

Mais, outros conceitos que teorizam o trabalho, a Serra Malagueta (Santiago de Cabo Verde): Estratégias de Valorização e Conservação do Património, ainda: ***Bens Culturais***, os móveis e imóveis de grande importância para o património cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e

⁸ TAVARES, Alice, COSTA, Aníbal, VARUM, Humberto; Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios, Guia de intervenção, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Inovadomus, 2001, p.109, acesso em 05 de Novembro de 2012, 12:00:54 em: http://www.inovadomus.pt/fh/images/documentos/article/5/MANUAL_INOVADOMUS.pdf.

arquivos, incluídos os arquivos musicais (UNESCO, 1964). O conceito é enriquecido ainda (UNESCO, 1968) pelos sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica.

O conceito de **Conservação** que designa os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentem uma significação cultural. De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas ou ainda Manutenção que designa a proteção contínua da substância, do conteúdo e do entorno de um bem e não deve ser confundido com o termo reparação. A reparação implica a restauração e a reconstrução, e assim será considerada (ICOMOS, 1980).

O conceito de **Monumento Histórico**. A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetónica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural (ICOMOS, 1964).

CAPÍTULO II – UMA ÁREA ESPECIAL: CONHECER SERRA MALAGUETA

1. O território e a população

1.1. A geografia da área

Serra Malagueta, declarado Parque Natural pelo Decreto 3/2003 de 24 de Fevereiro, é um maciço montanhoso situado na parte Norte da ilha de Santiago, alongado no sentido E-W, com a maior parte orientada no sentido N-NE, quando se avança no sentido Norte da ilha ficando uma pequena franja orientada a NW. Está compreendida entre os paralelos 15° 10' 30'' e 15° 11' 30'' N e os meridianos 23° 40' 30'' (Decreto – Regulamentar nº 19/2007).

Limitado a sul por uma vertente abrupta e unida que se levanta bruscamente da superfície de Santa Catarina, atingindo o ponto mais alto de 1063 m, (Amaral, 2007: 107), Serra Malagueta, é meio geográfico, cujo área de dois mil e seiscentos hectares abrangendo parte de três concelhos: Santa Catarina, Tarrafal e São Miguel, sendo este último de maior abrangência.

Localiza-se na parte norte da Ilha de Santiago, República de Cabo Verde, este pequeno arquipélago de origem vulcânica com uma superfície de 4.033 Km² situado, aproximadamente, a 500 quilómetros da costa ocidental africana, composto por dez ilhas e diversos ilhéus divididos em dois grupos, de acordo com a sua posição em relação aos ventos dominantes do nordeste.

O grupo de Barlavento (ou do norte), formado pelas ilhas de Santo Antão, S. Vicente, Santa Luzia, S. Nicolau, Sal e Boa Vista e o grupo de Sotavento (ou do sul), pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

O clima de Cabo Verde goza de uma má reputação, de temperaturas elevadas todo o ano, com chuvas concentradas num curto espaço de tempo, mas, pior do que isso,

faltando muitas vezes, o que põe em perigo as colheitas, os gados e os homens com a sua atmosfera asfixiante sob um teto baixo de nuvens, que mais sufocante se torna pelas quantidades enormes de calor libertadas de um solo nu de vegetação (Amaral, 2007).

Desta forma, a Serra Malagueta possui um microclima com algumas especificidades dentro do quadro geral do clima do arquipélago de Cabo Verde. O clima tipicamente tropical seco, juntamente com outros fatores como a altitude, a exposição das encostas, a irregularidade do terreno, e combinado com zonas montanhosas expostas a Nordeste, têm criado um microclima, com temperaturas médias ligeiramente mais baixas e com níveis de precipitação ligeiramente mais elevados do que ocorre no resto da ilha.

Criado pelo Decreto-lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico dos espaços naturais, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socio-económico, cultural, turístico ou estratégico merecem uma proteção especial, a Serra Malagueta possui uma área de 774 ha e situa-se na confluência de três Municípios: Santa Catarina (302 ha), São Miguel (436 ha) e Tarrafal (36 ha).

A sua delimitação espacial está definida através do Decreto-Regulamentar nº 19/2007, de 31 de Dezembro, sendo, abrangendo toda a área do Perímetro Florestal do Estado, incluindo as escarpas que o limitam naturalmente, mas também as zonas montanhosas como as escarpas de Pedra Comprida, na borda de Mafafa, situado em Locotano, Curral de d'Asno, incluindo Ribeira Cuba, situada na zona de Pia, Monte Sanguela, Monte Gemeo, das escarpas de Quebrada a Mato Fundura, das escarpas do sul de Maria Curva e de Tabuleiro, incluindo uma pequena parte de Ribeira Cantada, subindo até Chão de Espinho (o limite do perímetro florestal) onde Chão Grande começa, continuando a seguir as escarpas de Ponta Preta, Mato Curral, Mato Galego, Tímtim, Costa Limon e Lancha Branca, **Mapa nº 001**.

MAPA A3

1.2. População, modos de vida e uso tradicionais da Serra

O homem marcou estas ilhas que, em 1460, encontraram desertas. Uma carta de D. Fernando, de 1466, informa a seu irmão Dão Afonso V que, *haverá quatro anos que ele (D. Fernando) começara povoar a sua ilha de Santiago que é através de Cabo Verde e que por ser tão alongado de nossos reinos agente não quer a ela ir viver se não com mui grandes liberdades e franquezas* (Barcellos, 1899). Foi preciso introduzir tudo. Homens, animais, culturas alimentares de Portugal, da África, do Brasil e da Índia.

Assim, se experimentaram e cruzaram influências, se caldeou um novo tipo humano, um novo tipo de mentalidade e até linguagem: o crioulo, nascido da fusão harmoniosa dos brancos com os escravos negros.

Conforme os dados do inquérito efetuado no âmbito do Projeto Áreas Protegidas – Parque Natural de Serra Malagueta - em 2006 (MONTEIRO & FORTES, 2006) indicaram a existência de 488 agregados familiares a viverem no interior do Parque e zonas de amortecimento (famílias que, vivem nos arredores do parque e que exercem pressão antrópica sobre os recursos), distribuídos por nove comunidades, dos quais 288 vivem no interior do Parque Natural.

Apesar dos números supra referenciados em epígrafe, na dependência do Parque temos 579 indivíduos, sendo 290 masculinos e 289 femininas repartidos, aproximadamente, em 74 agregados, enquanto nas áreas envolventes ou ditas de amortecimento do Parque, residem mais de 4477 pessoas, perfazendo um total de 5056 pessoas (CENSO 2010), uma densidade de 0.153 hab/ ha.

O número de população do Parque e zonas de amortecimento vem crescendo, gradualmente, de 1990 a 2010, conforme se pode constatar no **Quadro e Gráfico nº 1**, não obstante a redução em algumas zonas, como é o caso de Gongom e Lagoa.

Dado que o Parque abrange os municípios de Santa Catarina, São Miguel e Tarrafal, a zona de amortecimento também os contempla, e a sua população encontra-se

distribuída, segundo o **Quadro nº 1**, que a seguir se indica. Convém dizer que a população da zona de amortecimento do Parque não coincide com a totalidade populacional das zonas dos municípios acima referidos, mas sim parte dela.

Efetivamente, as zonas que integram a zona de amortecimento correspondem aquelas onde a população exerce uma certa pressão sobre os recursos do Parque. As únicas zonas cujas populações, na sua totalidade, se encontram dentro do Parque, são os casos de Serra Malagueta, Gongom, mais especificamente a zona de Chão de Correia.

PARQUE NETURAL E ZONAS DE AMORTECIMENTO	Anos		
	1990	2000	2010
Cutelo Gomes	142	240	658
Principal	760	686	1193
Gongon	368	422	114
Xaxa	177	117	207
Varanda	107	138	445
Serra Malagueta	544	570	572
Fundura	186	240	1070
Pedra Comprida	81	93	163
Lagoa	294	189	55
Total	2659	2695	4477

Quadro nº1 - Evolução da população do Parque e áreas de amortecimento conforme os Censos de 1990 a 2010.

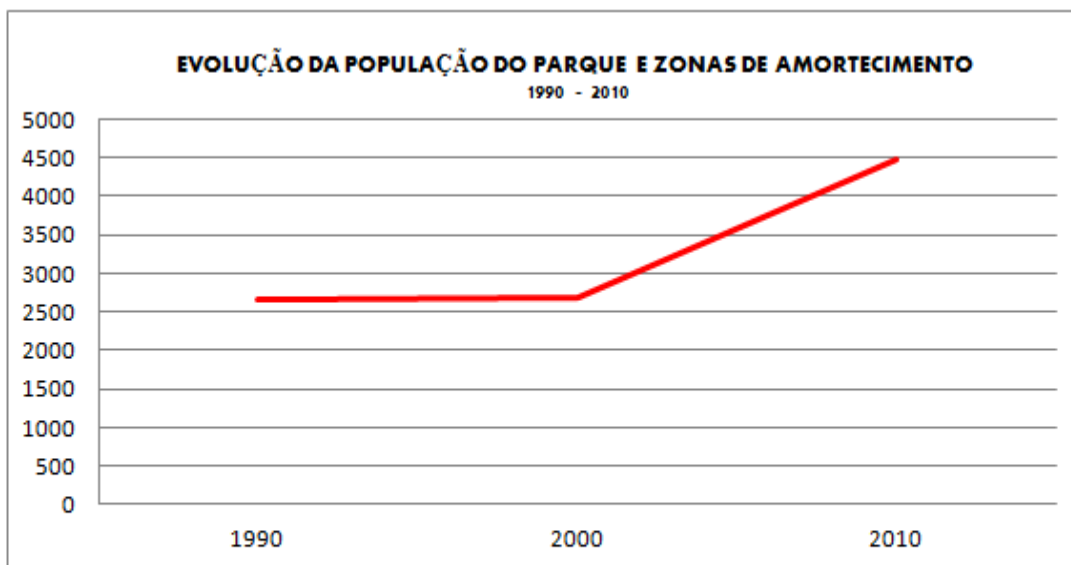


Gráfico n.º1 - Evolução da população do Parque e áreas de amortecimento conforme os Censos de 1990 a 2010.

Dentro do Parque, conforme as delimitações definidas pelo Decreto-Regulamentar n.º 19/2007 de 31 de Dezembro, registamos, também, um crescimento da população, **Gráfico n.º 2**, de 1990 a 2010.

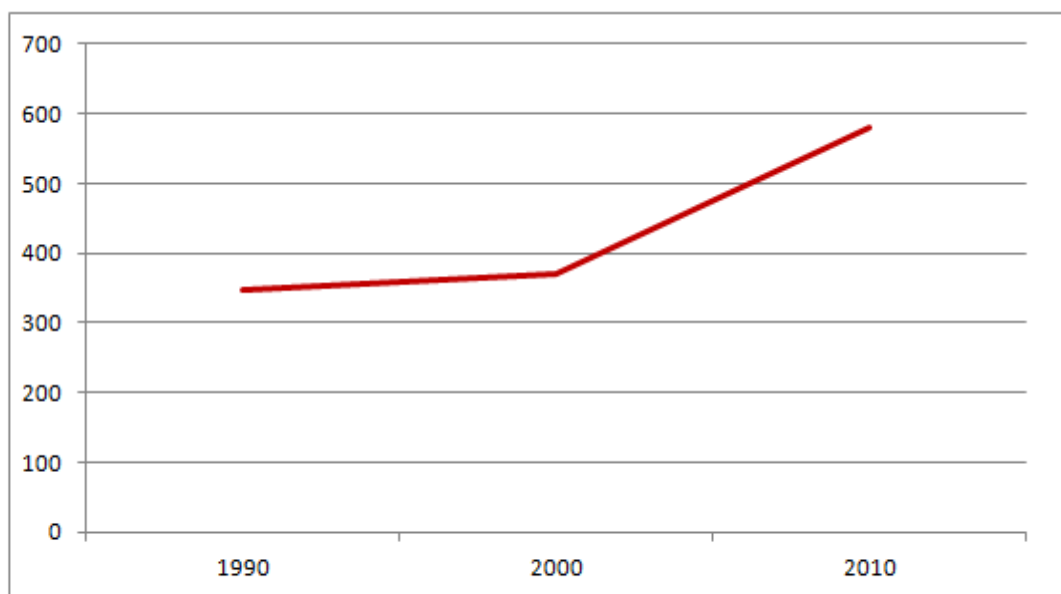


Gráfico n.º2 - Evolução da população dentro do Parque Natural, Decreto-Regulamentar n.º 19/2007 de 31 de Dezembro, Censos de 1990 a 2010.

Se se analisar os dados do Censo 2010, no concernente às faixas etárias da população dentro do Parque Natural de Serra Malagueta, constata – se que é jovem, à semelhança da maioria da população de Cabo Verde (INE, 2010), já que mais de 30% dos habitantes do arquipélago têm uma idade compreendida entre os 0 e 19 anos e apenas 3% do total tem mais de 90 anos.

Em algumas localidades ou zonas afetas ao Parque há uma diminuição latente da população devido ao êxodo rural, como é o caso de Chão de Correia (**Quadro n°2**) em Gongon, Concelho de São Miguel e bem traduzida através da **figura n°002**.

POPULAÇÃO DO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA-V-CENSO 2010						
Zonas	Sexo	FAIXA ETÁRIA			RESIDENTE	
		<15	[15 - 64]	> 65		
PARQUE NATURAL	Serra	Masc.	102	166	18	286
		Fem.	95	166	25	286
		Total	197	332	43	572
	Gongon *	Masc.	0	3	1	4
		Fem.	0	3	0	3
		Total	0	6	1	7
	GERAL	Masc.	102	169	19	290
		Fem.	95	169	25	289
		Total	197	338	44	579

Quadro n°2 - População do Parque Natural, Censos 2010, distribuída conforme as faixas etárias. * Refere – se à localidade ou zona de Chão de Correia em Gongon, Concelho de São Miguel.



Figura – 002 – Uma localidade de Gongon – Concelho de São Miguel; Fonte: <http://www.google.pt/search?q=serra+malagueta+ilha+de+santiago>. Setembro 2012.

O que terá causado o tal êxodo rural?

A vida do homem sobre a terra caracteriza – se por uma série de esforços, reações do meio sobre o homem e do homem sobre o meio, encaminhados para conseguir um melhor ajuste entre um e outro. Essas ações e reações recíprocas determinam mudanças constantes de procedimentos materiais, instituições sociais e ideias. A vida do homem em sociedade é profunda e perpetuamente dinâmica (ZAMORA,1938:14). A dinâmica populacional e o modelo de ocupação do território foram condicionados por diversos fatores físicos, conjunturais e culturais, grande parte deles semelhantes ao que aconteceu em toda a ilha. De facto, a orografia, a escassez de solo arável, os sucessivos episódios socio-económicos ao longo da história, provocaram um constante movimento migratório de saídas e entradas, com grande repercussão na estrutura populacional da ilha, em geral, e da área de amortecimento e do Parque, em particular.

Como é sabido, a seca e a desertificação influenciaram a vida do homem cabo-verdiano desde os seus primórdios da sua ocupação. Cabo Verde pertence a zona denominada Sahel, que distingue pelas suas características bioclimáticas atuais e históricas

adversas. A história dessa região regista, com assiduidade e alternância, de períodos bons e maus, isto é, de fases favoráveis à vida e de outras marcadas pela secura climática com reflexos mais ou menos intensos nos vegetais, nos animais e no homem.

Várias fontes mostram como Cabo Verde foi sempre uma espécie de sinal intermitente dos dramas sahelianos.

De 1580 a 1582 houve uma grande fome, o que fez com que os moradores adquiriram o hábito de comer carne nos dias de jejum por não haver outra coisa (AMARAL, 1986:7).

De facto, uma área rural onde a população depende, quase exclusivamente, da agricultura, onde o nível de conforto é muito baixo, faz com que as pessoas, especialmente jovens, procurem melhores condições de vida, fugindo assim às aleatoriedades da produção agrícola, que depende de uma boa ou má época das chuvas.

O nível de escolaridade da população do interior do Parque não difere do da população das zonas de amortecimento ou quiçá das outras zonas e localidades do interior da ilha de Santiago e de Cabo Verde no geral.

Contudo, o isolamento das comunidades do Parque e da zona de amortecimento caracterizou e caracteriza as comunidades que tradicionalmente tiveram pouco acesso ao sistema de educação que, entre outros aspetos, provocou um certo nível de analfabetismo, ou seja, sem instrução, que segundo MONTEIRO & FORTE (2006) corresponde a cerca de 17% da população, destes, 66% são mulheres e 34% homens, concentrando-se essencialmente na faixa etária acima dos 40 anos, situação esta que confirma o facto de que no passado, uma parte significativa da população não tinha acesso ao sistema de ensino, e onde as mulheres foram as mais penalizadas.

Os dados do QUIBB (Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar) 2006 revelavam que 79% dos cabo-verdianos sabem ler e escrever, ou seja apenas 21% podem ser considerados analfabetos.

Há pouca informação disponível sobre o uso das terras do Parque, no passado, não obstante uma observação cuidada e, *in loco*, evidências indiquem a presença humana há algum tempo.

O homem é produto da superfície da Terra. Isto não significa apenas que ele é o filho da Terra, pó do seu pó; mas que a Terra o concebeu, o alimentou e lhe impôs tarefas, dirigiu pensamentos, criou dificuldades, (...), lhes suscitou problemas de navegação e rega, ao mesmo tempo murmurou sugestões para as resolver (COELHO E NEVES, 1994:120).

O habitat, hoje, aparentemente natural, reflete uma série de padrões diferentes de uso da terra, que inclui ciclos de desflorestação, exploração agrícola intensiva e não planeada, abandono de terras agrícolas e reflorestação.

Para Aston (1985), as pessoas precisam comer e, sendo assim, a maioria das paisagens foram organizadas, no passado, para permitirem a quantidade máxima de alimentos a serem produzidos.

Podemos assim considerar esta área protegida como um exemplo de paisagem histórica modelada pela convivência entre o homem e a natureza.

Suportada por uma população jovem, isto é, cerca de 58.37% (CENSO,2010), a atividade económica, praticada pelos agregados, está diretamente relacionada com a prática da agropecuária. É através desta atividade que provém a principal fonte de rendimento para o sustento das famílias.

Desta forma o Parque constituiu, devido ao micro – clima, um local privilegiado a prática da agricultura de sequeiro, tendo como os principais produtos: o milho maÿs, feijões (pedra, bongolon, fava, sapatinha), batata-doce e nas imediações do parque ou zonas de amortecimento a mandioqueira.

Associada a agricultura está a criação de gado. O parque serviu, no passado e ainda hoje (em menor escala), de viveiro de pastos e lenha para a confeção de alimentos. No que concerne a este último, em Cabo Verde, ainda, há uma enorme pressão da poluição sobre os recursos florestais. Basta suportar nos dados do Censo 2010, para constatar que 25.6% da

população utiliza a lenha/carvão como principal fonte de energia na confeção dos alimentos em detrimento do gás/eletricidade ou outras fontes de energia.

No entanto, esta utilização é exponencial à medida que se afasta dos centros urbanos e, por conseguinte, no meio rural cerca de 61.5% da população utiliza a lenha/carvão como principal fonte de energia na confeção dos alimentos, sendo 72.6% para São Miguel, 52.2% Tarrafal e 51.4%, respetivamente, para Santa Catarina, concelhos que agregam o Parque Natural.

Portanto, a maior parte dos residentes do Parque, em idade ativa, trabalham no sector primário. É interessante notar que a agricultura é, ainda hoje, praticada segundo os métodos tradicionais e com pouco investimento em termos de novas tecnologias para aumentar as produções dos cultivos. Há poucas atividades ligadas à agricultura ou à criação de animais que podem ser fontes geradoras de rendimento, condição *sine qua non* para a erradicação da pobreza. É de salientar que a incidência da pobreza está mais concentrada no campo, sendo 44.3%, traduzindo numa incidência de 6.3%, superior a média nacional que é de 3.4% (QUIBB, 2007).

As únicas exceções estão ligadas ao cultivo de hortaliças, da cana-de-açúcar para a produção de água – ardente ou Grogue, da batata-doce e a criação de gado bovino. Tais atividades praticadas por uma parte importante de agricultores não conseguem, em geral, gerar receitas suficientes para ultrapassar o limiar da pobreza, devido à pouca organização produtiva e ao baixo nível de comercialização dos produtos no mercado.

1.3. Mudanças de práticas sociais e de relação com a terra

A Serra Malagueta, um espaço de exploração de recursos por parte da população residente e não só, e sem grandes inibições, assiste a mudanças do cenário a partir a sua transformação em Parque Natural.

Desde sempre houve uma preocupação com o reflorestamento da Serra e não só, bem como a preservação da floresta.

Dizia o Governador de Cabo Verde (1924 – 1926), Dr. Júlio de Abreu, sobre a arborização: *Pouco se tem conseguido, devido não só ao desleixo e ganancia de alguns proprietários, que ora fecham os olhos complacentes ao corte de árvores, ora o permitem expressamente, mediante o preço da lenha, mas também, à falta de polícia rural e ao grande número de rebanhos de cabra que à vontade pasta por toda a parte*⁹. (...). Tendo como preocupação a preservação florestal, dizia, ainda o mesmo Governador: (...) *Entendo, porém, que não se deve descurar o problema, mas que para isso trona – se necessário a urgente publicação de um diploma legal que obrigue os proprietários a plantar pelo menos 20 árvores em cada ano ou a fazerem no mesmo espaço de tempo 100 metros de sebes vivas nos limites das suas propriedades, sob pena do pagamento de uma multa de 10\$00 por cada árvore ou metro de sebe que faltarem em cada ano, pela primeira vez, sendo sempre paga em dobro nas demais vezes. Estas multas seriam impostas em processo sumário administrativo com recurso para os respetivos juizes de direito da comarca, sendo 50% para o participante e os outros 50% para o fundo especial de arborização*¹⁰. (...).

Basta recordar que (PLANO DE GESTÃO, 2003) pós a Independência Nacional foram concedidas autorizações para a prática de agricultura dentro do perímetro florestal, sendo primeiro de forma informal e, posteriormente, as autorizações foram formalizadas

⁹ ARBORIZAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE, Boletim de Agencia Geral das Colonias, Ano 5º, nº 45, Março de 1929, pg.23.

¹⁰ Idem. Pg. 24-25.

através de pagamento de 500\$00 cabo-verdianos, independentemente da área, tratando-se de uma autorização precária cujo prazo de validade era anual.

Assim, as restrições e inibições vão -se aumentando, criando períodos de intenso e severos conflitos entre os residentes e as autoridades responsáveis pela proteção do meio ambiente.

Com a transformação da Serra Malagueta num Parque Natural, o vínculo de relação tradicional com a terra tinha mudado. Agora, novos dilemas e novos paradigmas. Para os moradores locais, agora, a questão é o auto -sustento a partir da natureza sem danificá-la e provocar a sua extinção.

Ora, novas regras para a agricultura, bem como outras atividades no Parque. Como exemplo, a forma extensiva de produção agrícola, como um dos métodos, para a obtenção de produtos compatíveis com a proteção do meio ambiente e a conservação do espaço natural, o que inclui a agricultura ecológica¹¹, em que consiste em um conjunto de práticas que visam um trabalho harmónico e de acordo com as leis da Natureza, isto é, engloba um conjunto de métodos e técnicas, conducentes à obtenção de produtos agrícolas, compatíveis com as exigências de proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais (água, solos e património genético).

Portanto, agora, há uma mudança significativa, para não dizer radical, de práticas sociais e de relação com a terra, não só na agricultura, como se disse, mas também no uso pecuário e atividades pecuárias relacionadas com a criação de gados; uso florestal; o uso de aproveitamento sustentável dos recursos naturais, isto é, atividades de utilização e aproveitamento dos recursos naturais, como por exemplo as nascentes naturais de água, de forma sustentável e atividades de caça e de extração.

¹¹ MEIRELLES, Laércio Ramos, RUPP, Luís Carlos diel (Coordenação); A Agricultura Ecológica, Princípios Básicos, Centro Ecológico, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Brasil, 2005, pág. 38. Acesso em: [Http://www.centroecologico.org.br/Agricultura_Ecologica/Cartilha_Agricultura_Ecologica.pdf](http://www.centroecologico.org.br/Agricultura_Ecologica/Cartilha_Agricultura_Ecologica.pdf). data: 05/11/2012, 15:00.

Desta forma, tudo o que é atividade no Parque, de natureza pública ou privada, é regulado: seja caráter social, cultural e desportiva, económica, recreativa, científica e publicitária.

2. O património da Serra da Malagueta

2.1. Um património construído que se vai perdendo

Um das riquezas patrimoniais do Parque Natural e das zonas de amortecimento é o seu património construído. Estas estão em todas as localidades que constituem o Parque e, assemelha ao que se encontra em todo o Arquipélago. Estão distribuídos em móveis e imóveis, apelando uma grande urgência de levantamento, estudo, preservação e conservação.

A defesa do Património (Cabo-verdiano) é um imperativo inadiável perante as incúrias ou negligências que, em todos os lados, se repetem, afetando valores inestimáveis que permanecem em risco de degradação ou de extravio (FILHO, 1985: 17). Desta forma, o património arquitetónico e artístico de Serra Malagueta traduz – se em núcleos de povoados tradicionais integrados no seu ambiente natural e que, muitas vezes, estão sendo abandonados e/ou transformados, perdendo o seu carácter original.

É sabido que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem, ao longo dos tempos, os testemunhos mais concretos da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e, sob este aspecto, a sua proteção no quadro da vida da sociedade contemporânea é um elemento fundamental da planificação urbana e do ordenamento do território (FILHO, 1985:81)

No interior das ilhas as habitações rurais apresentam, geralmente, as mesmas soluções de construção.

A análise do conjunto edificado ao nível da tipologia arquitetónica é fundamental para se perceber a área em estudo, não só a nível do tipo ou forma de habitação, mas

também da sua dimensão, a nível das técnicas de construção e sua evolução, social, económica e/ou ideológica.

Desta forma, as tipologias arquitetónicas de habitação no Parque de Serra Malagueta resumem-se a dois tipos, base, segundo a volumetria.

Uma corresponde a tipologia dita tradicional, traduzida em um ou mais volumes simples, de planta retangular, cobertura inclinada, normalmente de duas ou quatro águas (LOPES, 2001:62), alvenaria exterior em pedra. Desta tipologia, base, apresenta a cobertura em palha ou telha cerâmica (**figura - 003**).



Figura – 003 – Exemplo de uma casa, planta retangular e, cobertura de quatro águas – Lagoa, Concelho de Tarrafal. Fonte: José Landim, Junho 2012.

Quase sempre aparece isolada ou em pequenos grupos situados com frequência em lugares pouco acessíveis, sendo nas imediações das parcelas agrícolas ou em pequenos grupos, e possuem um alto valor paisagístico e de identidade cultural (**figura – 004**).

Outra cuja tipologia base apresenta a cobertura de telha cerâmica ou chapas onduladas de fibra - cimento, e definem alinhamentos, formando ruas, sendo a dimensão em planta maior e, a qualidade dos materiais e execução são melhores.

É de salientar que devido ao grande êxodo rural, estas construções estão sendo abandonadas e, como se sabe, todo o património não utilizado desaparece. Para garantir a conservação sustentável de imóveis antigos, é preciso que tenham um uso atual.

Para além das habitações, encontramos os utensílios domésticos; o artesanato; a tecelagem e o tear (**Figura nº 005**);



Figura nº 005 – Tear. Fonte: José Landim, Junho 2012



Figura nº 006 – Trapiche para moer cana-de- açúcar para a produção de aguardente Grogue-

Fonte: <http://www.google.pt/search?q=serra+malagueta+ilha+de+santiago>. Junho 2012

A cestaria, sendo uma das técnicas humanas de origem milenária e que continua com maior vitalidade nos nossos dias; a esteiraria; o trapiche (**Figura nº 006**) utilizado para moer a cana -de -açúcar pra a produção de aguardente – grogue; a cordoaria, pois, a criação de gado vacum, caprino, ovino, muar é um complemento imprescindível do homem agricultor cabo-verdiano e, particularmente do interior da Ilha de Santiago. Na base da confeção da corda está o “carrapato”, o sisal, uma planta bastante abundante no Parque.

2.2. A memória das comunidades e a preservação do património imaterial

Ao se firmar no conceito académico de memória, num dicionário de língua portuguesa, diz que é a tomada de consciência do passado como tal e que tem por função geral a conservação de experiência anterior, que se manifesta por hábitos ou por lembranças, denota que a preservação da memória está intimamente ligada às representações simbólicas que o indivíduo tem sobre si, bem como o meio em que vive. Esse aspeto da memória está relacionado com o conceito de identidade, ou seja, com a noção de pertença de um indivíduo em seu grupo, isto é, a sua idiossincrasia. O reconhecimento de si próprio nos outros.

Esse conceito norteador de valorização das vivências e das memórias coletivas é o que permeia a ideia de património cultural e nos faz refletir sobre o passado das sociedades e a relevância para seu presente. Nesse sentido, trabalhar com o conceito de património cultural é, acima de tudo, a busca pelo conhecimento de uma comunidade, seus valores, isto é, os bens tangíveis [móveis e imóveis], intangíveis [saberes e fazeres] e tudo aquilo que a torna singular.

A análise de suas referências culturais pode elucidar questões de preservação de hábitos e tradições, assim como, seu modo de vida, rituais, religiões, usos e costumes.

É amplamente reconhecida a importância de promover e proteger a memória e as manifestações culturais representadas, em todo o mundo por monumentos, sítios históricos e paisagens culturais.

Mas, não só de aspetos físicos se constitui a cultura de um povo. Há muito mais, contido nas tradições, no folclore, nos saberes, nas línguas, nas festas e em diversos outros aspetos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente e modificados ao longo do tempo.

A essa porção intangível da herança cultural dos povos, dá-se o nome de património cultural imaterial.

Entende-se por património cultural imaterial (UNESCO, 2003) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefactos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu património cultural.

Este património cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Serra Malagueta, à semelhança de todo o arquipélago de Cabo Verde, tem um património cultural imaterial bastante diversificado.

Em quase todas as localidades comemora-se uma festa de romaria, festas de índole sincrética, onde o religioso se mistura com o profano numa simbiose de ritos culturais.

A música (funaná e batuque), a dança, a literatura, as tradições orais (estórias, anedotas e adivinhas), as rezas e novenas, os choros e lamentações aos defuntos, as cantigas de trabalho, de guarda-rebanhos, os guarda-cabeças, a medicina tradicional, as superstições e os credos são outros aspetos do património imaterial, presentes em todas as localidades que integram Serra Malagueta e, que requerem um novo olhar dos diversos órgãos governamentais bem como da sociedade.

O que se pretende é que todos passam a discutir propostas e ações de valorização, preservação das manifestações culturais, assegurando a pluralidade cultural, a heterogeneidade e a (Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro, artigo 3º) identidade cultural, bem como a valorização da cultura cabo-verdiana.

Foi, ciente da importância dessa forma de património e da complexidade envolvida na definição dos seus limites e da sua proteção, que a UNESCO (1989) estabeleceu a Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular e vem, desde então, estimulando a sua aplicação ao redor do mundo. Esse instrumento legal fornece elementos para a identificação, a preservação e a continuidade dessa forma de património, assim como de sua disseminação.

2.3. Um património natural e paisagístico e a vontade de o preservar

Tradicionalmente, a noção de património sempre esteve associada a monumentos e edifícios isolados. Hoje, abrange complexos urbanos e naturais, centros históricos, vilarejos bem como as paisagens que pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socio-económico, cultural, turístico ou estratégico merece uma proteção especial.

Serra Malagueta enquadra – se no conjunto dos monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico, bem como as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excecional do ponto de vista estético ou científico, assim como os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excecional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972).

Desta forma, a Serra Malagueta é uma área protegida (Decreto-lei 3/2003 de 24 de Fevereiro) dotada de espaços amplos que contêm predominantemente sistemas naturais com habitat, espécies ou amostras representativas da biodiversidade do país com uma população local que aproveite os recursos vivos segundo as práticas tradicionais.

Considerando a paisagem como o especto chave de um território, ela não pode ser resumida a uma simples soma de elementos, incluindo a topografia, a hidrografia, a vegetação e os assentamentos humanos (PLANO DE GESTÃO, 2003:33). Pelo contrário, a paisagem é vibrante e pode ser constatada e utilizada de forma responsável sendo de grande importância, não apenas para o homem, mas também para a flora e a fauna e para a regeneração dos recursos naturais.

As paisagens são criadas e percebidas a partir da compreensão das próprias pessoas e comunidades o engajamento com o mundo ao seu redor (BENDER, 2002:102), tendo uma interação viva e dinâmica entre o homem, o espaço e a natureza.

Os trabalhos de florestação em Cabo Verde iniciaram -se durante o período da Administração Colonial, principalmente nas zonas altas da ilha de Santiago, em 1929 na Serra da Malagueta e em 1935 para o Pico d'Antónia¹² e sendo continuado, regularmente, pelos serviços do Ministério de Agricultura até a criação e instalação do Parque, através dos programas anuais de reflorestação, que deu origem ao atual perímetro florestal, que cobre uma grande porção da parte central do Parque.

O Parque suporta diferentes tipos de habitats e devido à diversidade de altitude e do microclima, há numa grande variedade de plantas, cerca 123 espécies, 19 espécies de aves, 3 de mamíferos, 1 de anfíbio e 46 de invertebrados que foram investigados até o momento. Com um total de 29 espécies de plantas endémicas o Parque é um dos locais mais importantes para a conservação de plantas em Cabo Verde. Também com as suas 6 espécies/subespécies de aves endémicas de interesse para conservação global, Serra Malagueta pode ser classificada como uma área importante de aves (Plano Gestão, 2003:23). Sobre as espécies da área, o inventário anexo faz um elenco bem mais completo (anexo). Daí, a sua gestão deve ser orientada de modo a garantir a conservação das espécies, dos habitats e dos progressos ecológicos, para melhoria das condições de vida da população local, assim como do acesso das pessoas às respetivas áreas, com fins recreativos, espirituais, educativos ou científicos numa perspetiva de conservação.

Após a Conferência das Nações Unidas do Rio - 1992, sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde, em 1993, bem como vários outros países Africanos, adotou o seu primeiro instrumento legal ambiental que define as Bases da Política do Ambiente, um ano após a consagração do Direito ao Ambiente na Constituição da República de Cabo Verde. Hoje, o nosso sistema jurídico integra um conjunto de dispositivos legais que regulamentam várias preocupações ambientais no país,

¹² Direção Geral da Industria e Energia e C.I.L.S.S., Programa Regional de Promoção das Energias Domesticas e Alternativas no Sahel (P.R.E.D.A.S) Praia, Março de 2005, p24.

designadamente a conservação da Natureza, ar, água, solos, ruídos e instrumentos da Política Ambiental.

É desta forma que se trabalhou e vem trabalhando em instrumentos de proteção e valorização do património natural e paisagístico, enquadrados em avaliações intermitentes, mas também definindo estratégias de atuações sustentáveis em concurso com o sector público, privado, ONG's, sociedade civil.

A Lei de Bases do Ambiente (Lei nº86/IV/93) estabelece, no seu artigo 50º ponto nº 2 a obrigatoriedade de elaboração de 3 em 3 anos do Livro Branco sobre o Estado do Ambiente em Cabo Verde, ficando o Governo obrigado a apresentar à assembleia Nacional, de três em três anos, um livro branco sobre o estado do ambiente.

O Livro Branco sobre o Estado do Ambiente, Resolução nº 158/VI/2006 de 9 de Janeiro, que analisa o perfil de vulnerabilidade do país e fornece informações que permitem enquadrar as atividades da sociedade cabo-verdiana dentro do seu ambiente natural, examina os recursos (terra, recursos hídricos, biodiversidade, ar e atmosfera) e os programas de gestão integrada em implementação e/ou previstos, visando uma gestão sustentável, bem como apresenta-se a interação entre os diferentes sectores e o ambiente.

É no mesmo contexto que o Governo elaborou o Segundo Plano de Ação Nacional para o Ambiente (PANA II), horizonte 2004-2014, tendo como objetivo geral fornecer uma orientação estratégica para guiar o uso racional dos recursos naturais e a gestão sustentável das atividades económicas. Este instrumento pretende responder à diversidade cabo-verdiana em termos topográficos e agro-geológicos, o que se manifesta com preocupações e oportunidades ambientais diferentes em cada município.

Como se pode denotar, há uma preocupação descentralizada e desconcentrada, não só na horizontal (Parlamento e Governo e Autarquias), como na vertical (ministérios, sociedade civil e organizada) de proteção e valorização do património natural o que, por exemplo, encontramos em recomendações ou propostas nos PDM's (Plano Diretor Municipal) dos Municípios, como é o caso dos de Tarrafal de São Tiago e São Miguel.

Um outro agente fundamental na proteção e valorização do património natural, exemplo o património natural de Serra Malagueta, são as associações comunitárias que, regra geral, constituem parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário, poupança e crédito, atividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza, promoção da mulher, planeamento familiar, apoio aos deficientes, preservação ambiental, informação e/ou educação.

Como exemplo evidente temos a Associação para o Desenvolvimento de Serra Malagueta (ADSM) que surgiu em 2003, tendo como motivação e objetivo primeiro, ou, como disse o responsável pela associação, a maior preocupação desta entidade era a gestão do Parque Florestal, que também é reconhecido como sendo o “Pulmão de Santiago” e a questão da pobreza ou o alto índice de desemprego.

Mas, ao analisar o estatuto da associação da Serra Malagueta ou outras associações como a Associação para o Desenvolvimento de Lagoa, Associação para o Desenvolvimento de Gongom ou de Varanda no Concelho de São Miguel, constata -se que a atuação é muito mais vasta e traduzidos em um leque de objetivos¹³:

- Contribuir para o desenvolvimento integrado da localidade;
- Criar um espaço de participação e interação entre os membros da associação e a comunidade;
- Contribuir para a iniciativa de autopromoção dos seus membros apoiados na resolução de problemas específicos;
- Defender os legítimos interesses dos seus membros, nomeadamente os que trabalham no sector da agropecuária e silvicultura, representando-os individual e coletivamente junto de Instituições que com eles se relacionam;
- Promover a formação profissional dos seus membros e seus familiares, concedendo-lhes o apoio técnico às suas atividades económicas;

¹³ Fonte: Estatuto da Associação para o Desenvolvimento de Serra Malagueta.

- Promover e participar em iniciativas de natureza económica e social para o bem dos seus membros e da comunidade em geral;
- Colaborar, como parceira, com entidades governamentais e não-governamentais, municipais e outras, em tudo o que possa contribuir para o desenvolvimento da associação e da comunidade;
- Elaborar estudos e projetos que visem obter os recursos necessários ao cumprimento dos objetivos da associação;
- Promover conferências, debates e a formação profissional dos associados, contribuindo para o desenvolvimento dos fins da associação.

É de ressaltar que a Associação para o Desenvolvimento de Serra Malagueta bem como outras pertencentes às localidades que integram o Parque ou as das zonas de amortecimento constituem as verdadeiras parceiras na preservação do parque enquanto património natural.

A par das associações e do Staff de Gestão do Parque temos as escolas, que com o sistema de ensino como uma poderosa instituição legitimadora dos privilégios sociais (BOURDIEU 2001:241), e os alunos como vetores de inculcação de valores concernentes a conservação e valorização do património natural da Serra Malagueta.

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA

1. Um balanço com vista ao futuro

1.1. Avaliação realista – Uma análise SWOT

Sendo uma área de conservação, geralmente de propriedade estatal, ou seja, o Estado como proprietário do solo; que tem como objetivo básico proteger os recursos naturais e culturais de uma área, preservando a fauna, flora, sítios arqueológicos, além de proporcionar oportunidades a visita pública, lazer, pesquisas científicas e educação ambiental, Serra Malagueta, Parque Natural, uma área que apresenta uma enorme biodiversidade, mas também, possuindo um património cultural, material e imaterial, de relevo, resultante de uma convivência entre o homem e a natureza, isto é, como diz, Chouquer, « *une partie de territoire telle que perçue par les populations, dont le caractère résulte de l'action de facteurs naturels et/ou humains et de leurs interrelations*¹⁴ », na perspetiva de valorização e conservação do património, torna-se indispensável um balanço das vivências, mas também das práticas e, importa, ainda, perceber as dificuldades que se levantam ou intimidam a sua preservação e conservação. Pelo que, se destacam os fatores ou conjunto de fatores que estão intimamente ligados aos jogos de interesses, vários, e que a preservação e conservação desse património dependem da harmonização da tríade ambiente/natureza, a sociedade e o económico.

Daí a análise dos pontos fortes e fracos, bem como das oportunidades e das ameaças. Isto é, a análise SWOT¹⁵ ou FOFA (em português) permite fazer o ponto de situação, com o grau de profundidade que se pretende, e construir uma grelha para as decisões estratégicas a tomar, no presente e no futuro.

¹⁴ *Patrimoine et paysages culturels*. Actes du colloque international de Saint-Émilion (30 mai-1er juin 2001). Éditions Confluences, Renaissance des cités d'Europe, octobre 2001, 354 p. Disponível em: <http://etudesrurales.revues.org/document134.html>. Consultada em 02/11/12, 15:02.

¹⁵ Strong points / Weak points / Opportunities / Threats.

ANÁLISE SWOT

Potencialidades ou Forças

- O Parque não possui uma grande superfície geográfica, que pode, de certo modo, favorecer uma melhor gestão;
- Contém uma grande quantidade de espécies que são raras, tais como; aves, mamíferos e vegetais, o que não deixa de ser uma riqueza do património natural e da biodiversidade.
- A sua altitude associada ao clima, sub - húmida e húmida, proporcionou condições para a proliferação de várias espécies endémicas, sendo em maior concentração do que em qualquer outra parte da Ilha.
- Também, contém um rico património imaterial, material móvel e imóvel de interesse, que é de toda a conveniência a sua conservação e valorização;
- Muito importante é o regime de propriedade do Parque, pois, a maior parte, senão a totalidade do Parque, é propriedade do Estado, o que, em princípio, facilita a sua gestão (Estado como proprietário do solo);
- Há uma elevada percentagem de jovens no seio do Parque, o que pode constituir potencial, em recursos humanos, na gestão participativa e sustentável;
- A orografia oferece condições favoráveis à prática do alpinismo e das escaladas;
- O microclima favorece a captação da água do nevoeiro para o abastecimento da população, sobretudo para a prática da agricultura;
- O parque possui um grande valor patrimonial (ver a tabela- 1) o que chama a responsabilidades aos atores públicos, as ONG's, as comunidades locais, bem como o cidadão anónimo sobre a necessidade da sua conservação e valorização.

ANÁLISE SWOT	
Fragilidades	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A topografia irregular associada a orografia do Parque, condiciona a comunicação e acessibilidades; ➤ O uso público a que o Parque está sujeito, enquanto espaço de agricultura de sequeiro; ➤ A prática de culturas do milho e feijões e batata-doce, no interior do Parque, tem construído uma das causas mais evidentes das disfunções ambientais. Essa prática estimula, muitas vezes, à conquista de novos espaços trazendo consequências negativas em termos de destruição de endémicas ou introduzidas; ➤ Pressão das populações afetas ao Parque, e não só, sobre a cobertura florestal devido a apanha de lenha, enquanto fonte de energia; ➤ A sobre-exploração das águas subterrâneas, a destruição de algumas infraestruturas hidráulicas de conservação do solo e água, provocando uma deficiente recarga do lençol freático e consequente diminuição de qualidade e quantidade de água; ➤ Prática inadequada de recolha de pastos com impactes negativos nos ecossistemas, pois, não permitindo que haja o crescimento e frutificação das plantas forrageiras e subsequente produção de sementes para a sua disseminação natural; ➤ Os PDM's (Plano Diretor Municipal), enquanto instrumentos de gestão territorial municipal, não fazem abordagens ou referências de gestão ou intervenções nas partes que lhes coobem ou fazem - na superficialmente; ➤ O Plano de Gestão do Parque, na sua elaboração, padeceu de um Técnico Especialista na Área de Património ou, melhor ainda, área de Gestão e Valorização do Patrimonial.

ANÁLISE SWOT

Prioridades ou oportunidades

- Incentivos económicos de apoio às atividades geradoras de rendimento;
- Introduções de tecnologias modernas na agricultura como forma de motivar as pessoas a não abandonarem as suas localidades, preservando, também, as manifestações culturais, como os bailes, atividades religiosas, bem como o artesanato, festas e romarias;
- Utilização de medidas moderadas de uso do Parque com vista a restringir certas práticas prejudiciais à conservação dos recursos naturais e ao processo ecológico, principalmente as que poderão comprometer a gestão sustentável dos recursos naturais.

ANÁLISE SWOT	
Ameaças	

A análise SWOT aplicada baseia-se na visita exaustiva, e *in loco*, feita a Serra Malagueta, bem como, nas premissas emanadas pelo Plano de Gestão do Parque Natural, o papel que as associações veem tendo na conservação e valorização de Serra Malagueta, Parque e Património, partindo, em vista dessa, procurar e identificar soluções que coadunem com o território físico, o modo de vida das comunidades, assim como as perspetivas futuras dos residentes.

1.2. Equacionar as fragilidades e potencialidades da Serra da Malagueta. Ponto central de uma reflexão

Na análise podemos aclarar um conjunto de situações que, se quiser, podem ser chamadas de fragilidades, esta constatadas ao nível do Parque enquanto meio natural, socio- económicas, no plano de Gestão do Parque e também nas relações institucionais que, *a priori*, têm responsabilidades sobre o Parque.

Desta forma, não obstante a existência de trilhos, de acesso ao Parque, para os amantes de caminhadas, da natureza e da ornitologia em que, os trilhos, proporcionam uma experiência única, permitindo aos visitantes um contacto direto com a rica flora e fauna do Parque, as dificuldades de comunicação e acessibilidades são inúmeros derivados à topografia irregular da Serra Malagueta.

Outa questão tem a ver com o uso público a que o Parque está sujeito, constituindo um dos problemas a ser equacionado com vista à uma exploração/utilização mais racional dos recursos, sendo, nas zonas de acesso mais difícil, ou mais afastadas dos assentamentos humanos, e isso acontece sobretudo nas zonas de escarpas, onde predominam características mais naturais, deixando perceber que a dinâmica económica verificada nos núcleos populacionais mais próximos influencia negativamente o equilíbrio natural dos ecossistemas.

A prática de culturas do milho, feijões e batata-doce, no interior do Parque, tem construído uma das causas mais evidentes das disfunções ambientais, tanto funcionais como estruturais. Essa prática estimula, muitas vezes, à conquista de novos espaços trazendo consequências negativas em termos de destruição de plantas endémicas ou introduzidas.

O povoamento florestal, que se situa no interior do Parque, vem sendo objeto de uma forte pressão pelas comunidades locais, devido, principalmente, à modalidade de preparação de alimento, sendo ainda, no meio rural cerca de 61.5% da população utiliza a

lenha/carvão como principal fonte de energia na confeção dos alimentos, assim distribuídos, 72.6% para São Miguel, 52.2% Tarrafal e 51.4%, respetivamente, para Santa Catarina (CENSO, 20010).

Um outro especto que contribui negativamente nos ecossistemas no interior do Parque, tem a ver com a pecuária extensiva, embora numa menor escala, acompanhada da prática inadequada de recolha de pastos com impactes negativos nos ecossistemas, pois, não permite que haja o crescimento e frutificação das plantas forrageiras e subsequente produção de sementes para a sua disseminação natural o que cria alguns problemas em relação à satisfação das necessidades de pastos para os animais.

A erosão natural do solo, a agricultura tradicional e a monda nas encostas utilizando as enxadas (**Figura nº 007**), as plantas invasoras introduzidas parecem ter afetado negativamente a regeneração de espécies endémicas.



Figura nº007 – Atividades agrícolas – A monda do milho nas encostas

Utilizando a enxada.

Fonte: <http://www.google.pt/search?q=serra+malagueta+ilha+de+santiago>. Junho 2012

A vegetação do Parque é muito sensível e está a ser objeto de ameaças constantes pela prática de agricultura de sequeiro, o que poderá mesmo provocar a extinção de espécies endémicas. Algumas espécies estão também em risco devido à caça ilegal, tais como *Cercopithecus aethiops* (macacos - verdes, *Ardea (purpurea) bournei* (Garça - vermelha) e *Numida meleagris* (A galinha-d'angola também conhecida por galinha de guiné ou galinha-do-mato). A intensificação da agricultura e o aumento do uso de pesticidas no combate a doenças e pragas das culturas à volta dos limites do Parque constituem fortes ameaças para várias espécies de aves e particularmente aves de rapina. A poluição do curso de água nas ribeiras por pesticidas residuais colocaria todo o ecossistema das ribeiras em risco (PLANO DE GESTÃO, 2003:24).

Regista – se, ainda, ao nível do Parque Natural, abates clandestino de árvores para a lenha, prática afinal já muito antiga, assim como, extração de rochas basálticas e inertes em algumas partes do Parque, o que provoca a destruição de espécies endémicas, não obstante o Decreto – Legislativo nº 14/97 de 1 de julho, Boletim Oficial da Republica de Cabo Verde, I Série – Nº 25, Artigo 1º, que estabelece os princípios fundamentais destinados a gerir e proteger o ambiente contra todas a formas de degradação, com o fim de valorizar os recursos naturais, lutar contra a poluição de diversa natureza e origem e melhorar as condições de vida das populações no respeito pelo equilíbrio do meio, o que denota um fraca eficiência na fiscalização e sensibilização das comunidades locais e não só para as questões de preservação e conservação ambiental e patrimonial.

A sobre-exploração das águas subterrâneas, a destruição de algumas infraestruturas hidráulicas de conservação do solo e água, agravada com pouca precipitação provoca uma deficiente recarga do lençol freático e conseqüentemente a diminuição de qualidade e quantidade de água, inclusivamente com a secagem de alguns nascentes no território do Parque, o constitui uma outra fragilidade encontrada no parque sem esquecer, também, a diminuição significativa do número de população residente, tanto no interior como na sua zona de amortecimento.

Os PDM's (Plano Diretor Municipal), enquanto instrumentos de gestão territorial municipal, não fazem abordagens ou referências de gestão ou intervenções nas partes que lhes coobem ou, quando sim, superficialmente. O evidente é o PDM de São Miguel em que algures no Plano se refere: (...) *Espaços protegido. O Governo de Cabo Verde tem declarado 47 espaços protegidos no Arquipélago: na ilha de Santiago estão o Parque Naturais do Pico de Antónia e de Serra Malagueta. No Concelho de São Miguel está mais de 50% deste último. Com um total de 29 espécie (...), é possível afirmar que a área do parque representa uma parte importante para a biodiversidade a nível nacional e um ponto crucial para Santiago* (PDM de São Miguel, 2009: 6), fim de citação.

Não obstante a importância do Plano de Gestão do Parque na conservação da biodiversidade, a sua elaboração padeceu de um Técnico Especialista na Área de Património ou, melhor ainda, área de Gestão e Valorização do Património. Tendo no seu corpo de especialistas, somente, engenheiros florestais e agrónomos, geógrafos, economista ou gestores de recursos naturais e ambientais, sociólogos e juristas.

Apesar de um leque, relativamente grande, de fragilidades, pode – se apontar a pequena superfície do Parque como uma potencialidade, pois, pode favorecer uma melhor gestão.

Contém uma grande quantidade de espécies que são raras, tais como; aves, mamíferos e espécies vegetais o que não deixa de ser uma riqueza do património natural e da biodiversidade. A sua altitude associada ao clima, sub - húmida e húmida, proporcionou condições para a proliferação de várias espécies endémicas, sendo em maior concentração do que em qualquer outra parte da Ilha.

Também, contém um rico património imaterial, material móvel e imóvel de interesse, que é de toda a conveniência a sua conservação e valorização, como é o caso de Xaxa e Gongom.

Muito importante é o regime de propriedade do Parque, pois, é, sem dúvida, um aspeto importante a ter em conta, no momento do planeamento. A maior parte, senão a totalidade do Parque, é propriedade do Estado, o que, em princípio, facilita a sua gestão.

Há uma elevada percentagem de jovens no seio de algumas áreas do Parque, sendo: 58.38% de indivíduos situados na faixa etária entre os 15 e 65 anos, 34.02% com idade inferior aos 15 anos e somente 7.60% têm a idade superior aos 56 anos (CENSO 2010), Quadro nº2, o que pode significar, a existência dum potencial forte em recursos humanos que poderão assegurar os destinos do Parque, no quadro de uma abordagem participativa que se pretende, como garante de um desenvolvimento sustentável.

2. Em busca de paradigmas de boas práticas: comparar estudos de caso

2.1. O caso da Jurisdiction de Saint-Émilion

Saint-Émilion é uma comuna francesa situada na região administrativa da Aquitânia, departamento Gironde, e estando a 35 quilómetros do centro de Bordeaux. Estende-se por uma área de 26,91 km², com 2.799 habitantes, segundo o censo de 1999, com uma densidade 104 hab/km².

Os primeiros vestígios de ocupação humana na região de Saint-Émilion datam, pelo menos, do Paleolítico Superior¹⁶ (35.000 - 10.000 aC). Mais tarde, com a ocupação romana, criou a província de Aquitania (província do Império Romano que hoje corresponde ao sudoeste da França) em 27 aC - antes de Cristo - e, com a prosperidade da região, começaram a derrubar as florestas criando as primeiras vinhas, por enxertia de novas variedades de uvas, que cresceram selvagens em toda a província. A região conheceu grande prosperidade e foram construídas muitas igrejas, mosteiros e outras instituições.

Durante os séculos XII e XIII a região produziu, o que foi chamado de, “vinhos honorários”, porque foram doados, como presentes, aos reis e pessoas importantes, o que dá uma indicação clara da sua qualidade.

A demanda dos consumidores no século XVIII, sobretudo os Flamengos, levou a um aumento na indústria do vinho, porque a qualidade dos vinhos de Saint-Emilion permitiam o transporte por barco sem o mesmo se transformar em vinagre.

A excepcional qualidade dos vinhos da região foi reconhecida durante este século, sendo assim, em 1867 os vinhos de Saint-Emilion obteve a medalha de ouro da Expo Mundial.

¹⁶ <http://whc.unesco.org/en/list/932> - sitio oficial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

É uma paisagem excepcional que gira à volta de uma simbiose perfeita da monocultura exclusivamente vitícola que ocupa mais de 67,5% da área total, e os belos monumentos históricos nas suas vilas e aldeias, sendo assim um excelente exemplo de uma paisagem histórica que sobreviveu às intempéries do tempo, até hoje.

Este é o principal motivo da inscrição da Jurisdição de Saint-Émilion como Património Mundial da UNESCO, em 1999¹⁷.

¹⁷ ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'ÉDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE, CONVENTION CONCERNANT LA PROTECTION DU PATRIMOINE MONDIAL, CULTUREL ET NATUREL, COMITE DU PATRIMOINE MONDIAL, Vingt - troisième session Marrakech, Maroc, 29 novembre – 4 décembre 1999, pag. 14.

Nom du bien	La Juridiction de Saint-Emilion
N° d'ordre	932
Etat partie	France
Critères	C (iii) (iv)

Le Comité a décidé d'inscrire ce site sur la Liste du patrimoine mondial sur la base des critères (iii) et (iv) :

Critère (iii) : La Juridiction de Saint-Emilion est un exemple remarquable d'un paysage viticole historique qui a survécu intact et est en activité de nos jours.

Critère (iv) : La Juridiction historique de Saint-Emilion illustre de manière exceptionnelle la culture intensive de la vigne à vin dans une région délimitée avec précision.

Le Comité a exprimé sa satisfaction pour l'inscription de ce site car il représente la typologie des paysages culturels introduite en 1992 dans laquelle l'environnement naturel a été transformé en paysage de valeur monumentale.

ORGANISATION DES NATIONS UNIES POUR L'EDUCATION, LA SCIENCE ET LA CULTURE,
CONVENTION CONCERNANT LA PROTECTION DU PATRIMOINE MONDIAL, CULTUREL ET NATUREL,
COMITE DU PATRIMOINE MONDIAL, Vingt - troisième session Marrakech, Maroc, 29 novembre – 4
décembre 1999, pg 14

As aldeias são caracterizadas por casas de pedra muito modestas, habitadas por operários, e que datam da primeira metade do século XIX, as adegas são grandes estruturas retangulares construídas de pedra ou tijolo e pedra, com telhados de dupla vertente ou duas águas (**figura - 008**).



Figura nº008 - Saint-Emilion – Casas com estruturas retangulares construídas em pedra ou tijolo e pedra, com telhados de dupla vertente ou duas águas.

Fonte:

[Http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=jurisdiç%C3%B3n+de+saint+emilion&bav=on.2,or,r_gc,r_pw,r_qf.&bvm=bv.42553238,d.d2k&biw=1366&bih=596&um=1&ie=UTF-8&tbn=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=tlkhUZDCCNCXhQfx1YH4Aw](http://www.google.pt/search?hl=pt-PT&q=jurisdiç%C3%B3n+de+saint+emilion&bav=on.2,or,r_gc,r_pw,r_qf.&bvm=bv.42553238,d.d2k&biw=1366&bih=596&um=1&ie=UTF-8&tbn=isch&source=og&sa=N&tab=wi&ei=tlkhUZDCCNCXhQfx1YH4Aw). Data: Julho 2012

As cidades e vilas da região contêm muitos monumentos históricos sendo os mais importantes, os monumentos religiosos como: a Ermida, Caverna de Saint-Emilion, as catacumbas e as igrejas monásticas medievais e colegiais com claustros. Existe também um grupo de monumentos seculares, incluindo o Castelo e o Palácio Real.

Saint-Emilion é um exemplo marcante de ocupação territorial, como sendo, testemunho sem precedente de simbiose perfeita entre a terra, o homem e a produção. Uma verdadeira paisagem cultural.

Chouquer¹⁸, lembrando Mechtild Rössler na 1ª seção da Convenção do Património Mundial, apresenta paisagem cultural como um trabalho combinado do homem e da natureza. Ela pode ser um jardim ou um parque, uma relíquia ou uma paisagem viva, mas marcada por sua história.

Desde junho 1968 que Saint-Emilion é um local protegido e coberto, a partir de 1968 pela "Malraux Loi¹⁹" de 1962, a famosa lei do património. Existem Planos de Ocupação do Solo - POS - que regulam todas as formas de desenvolvimento dentro dos seus limites. As áreas de produção de vinho são protegidas por decretos do Ministério da Agricultura, assim como outros instrumentos legais regulam qualquer intervenção no terreno que possa prejudicar a sua integridade.

Também, não há um plano de gestão global dos municípios da região, mas todos obedecem os Planos de Ocupação do Solo, como se disse, que regulam todas as formas de desenvolvimento dentro dos limites da circunscrição territorial em que uma vereação exerce a sua jurisdição.

Outra forma, inteligente, de gestão compartilhada da paisagem cultural de Saint-Emilion foi a criação do Sindicato Intercomunal com múltiplas vocações, como, por exemplo: coordenar as obras e serviços de interesse geral de todos os municípios envolvidos, entre outras prerrogativas, a proteção e preservação dos monumentos dentro de sua jurisdição. Esta estrutura, também, foi utilizada para ajudar na eliminação de todas as antenas de televisão da cidade.

¹⁸ Gérard Chouquer, *Patrimoine et paysages culturels*. Actes du colloque international de Saint-Émilion (30 mai-1er juin 2001). Éditions Confluences, Renaissance des cités d'Europe, octobre 2001, 354 p. (« Des lieux et des liens »), *Études rurales*, 163-164 - Terre, territoire, appartenances, 2002. Acessado em <http://etudesrurales.revues.org/document134.htm> . 20/11/2012: 19:22.

¹⁹ Loi n° 62-903 du 4 août 1962 complétant la législation sur la protection du patrimoine historique et esthétique de la France et tendant à faciliter la restauration immobilière. (André Malraux percebeu-se que a vitalidade urbana, também, significa a integridade dos bairros históricos das cidades. Desta forma, dedica uma especial atenção em torno de monumentos e conjuntos urbanos que merecem ser protegidos. E daí, a Lei de 04 de Agosto de 1962).

Portanto, pode – se concluir que existe uma longa tradição de conservação, sistemática, dos principais edifícios religiosos e público da região, particularmente aqueles protegidos pela lei de monumentos. Como resultado, o conjunto tem um alto grau de conservação e os Planos de Ocupação do Solo são aplicados para que as novas construções não permaneçam perto dos monumentos históricos.

2.2. O Parque Natural da Serra de São Mamede

Situado em pleno Alentejo, próximo da fronteira com Espanha, o Parque Natural da Serra de São Mamede ocupa uma área de cerca de 31.750 hectares, distribuídos por uma paisagem única, albergando variadas espécies que importam preservar.

O Parque divide – se em duas áreas distintas, a área Norte e a Sul, com características distintas:

A zona Sul do parque apresenta um relevo suave e ondulado, com uma altitude que varia entre 300 e 400 m, sendo a paisagem dominada por montado puro de sobreiros e azinheiras. Aqui a pequena e média propriedade é substituída pela grande propriedade, predominando a agricultura extensiva de sequeiro, por vezes em associação com o montado de sobreiro e azinho e a criação de gado. A zona Norte e centro, onde se situa a serra propriamente dita, conta com altitudes superiores a 800 m, sendo uma zona marcada por relevos proeminentes, onde predominam carvalhos e castanheiros, e dominada pela pequena e média propriedade, com uma utilização diversificada que resulta da consequente compartimentação do espaço.

O Parque tem uma grande importância a nível ornitológico, fazendo parte da rota migratória de muitas espécies de aves entre a Europa e a África. Alberga ainda uma importante Fauna, com destaque para a Águia-de-Bonelli, o Bufo-real, o Abutre-negro, o Grifo, o Abutre do Egipto, a Cegonha-preta, o Peneireiro-cinzento e também Víboras, Morcegos, Javalis ou Lontras, entre tantas outras espécies que aí habitam.

O parque tem ainda no seu domínio aldeias, vilas e cidades alentejanas de grande beleza, mas também uma grande herança Pré-histórica e Paleolítica, com gravuras rupestres, monumentos megalíticos, castros, ruínas romanas, entre tantos outros importantes legados Patrimoniais.

Trata-se da área Protegida mais habitada do país, com cerca de 30 mil habitantes. A Serra de São Mamede é de grande beleza paisagística e apresenta um grande número de exemplos de cooperação harmoniosa entre o Homem e a Natureza. Os megálitos sugerem que a serra foi habitada nos tempos pré-históricos e há gravuras rupestres nas serras de Cavaleiros e Louções que podem justificar o facto. A agricultura continua a ser a atividade económica dominante nesta região, sendo para a região do Alto Alentejo, as maiores superfícies são utilizadas para prados e pastagens permanentes seguidos dos pousios, cereais para grão, olival e prados temporários e culturas forrageiras, tendo as restantes culturas ocupações das terras com superfícies mais reduzidas; no concelho de Portalegre as maiores superfícies são ocupadas por prados e pastagens permanentes, seguidos de olival, prados temporários e culturas forrageiras e pousio, apresentando as restantes culturas superfícies mais reduzidas.

O Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM) foi criado pelo Decreto-Lei nº 121/89, de 14 de Abril, com o objetivo de promover a proteção dos valores naturais e o desenvolvimento das atividades económicas de forma autossustentada.

A proteção e conservação da Serra de São Mamede, e respetivas envolventes, são de manifesto interesse público, sendo a área classificada como parque natural constituída, no essencial, pelas duas unidades geomorfológicas que se diferenciam da grande unidade regional que é a peneplanície alentejana - a serra e a plataforma de Portalegre.

No âmbito do património histórico-cultural, o Parque natural da Serra de São Mamede apresenta, um pouco por toda a parte, inúmeros motivos de interesse. Assim, ao nível do património histórico edificado, o Plano reúne um extenso rol de monumentos, que vão desde importantes testemunhos arqueológicos (megalíticos, romanos, medievais,), passando por um conjunto de edificações religiosas (igrejas, ermidas,), até aos

aglomerados habitacionais próprios bem conservados e definidos nas áreas rurais, passando por alguns castelos e casas apalaçadas.

As festas e romarias abundam um pouco por toda a região e estão, na sua maioria, associadas a acontecimentos religiosos, durante o Verão. Este fator atrativo, assume cada vez maior importância em termos do número de pessoas que mobiliza, abrindo a possibilidade de se estabelecerem complementaridades entre o Turismo de Natureza e o Turismo Religioso e/ou Cultural.

O artesanato é sempre um complemento importante da atividade turística, podendo, por vezes, de forma isolada constituir motivo de atração. A rica herança cultural da região motivou o aparecimento de algumas atividades artesanais que contam já com alguns anos de existência, destacando-se, neste campo, os trabalhos em cortiça, cestaria, ferro forjado, olaria, pelaria e madeira²⁰.

Todos estes circunstancialismos, bem como o interesse paisagístico, faunístico e florístico da serra de São Mamede, fizeram crescer a imprescindibilidade de promover esta área a parque natural.

A criação do Parque Natural marca, em consonância com o seu património natural e paisagístico, o início de um processo de restauro dos sistemas agrícolas tradicionais da serra, em degradação desde finais do século XIX pelas campanhas cerealíferas.

Desta forma vários instrumentos de ordenamento de território foram criados com vista a sua conservação e proteção enquanto Parque natural, mas também proporcionando uma vida harmoniosa entre o território ou ambiente, o património, o homem e a atividade turística.

A publicação do Decreto-Lei nº19/93, de 23 de Janeiro, que cria a Rede Nacional de Áreas Protegidas, impôs a reclassificação do PNSSM (Parque Natural de São Mamede), o que se promoveu por via do Decreto Regulamentar nº 20/2004, de 20 de Maio, através do

²⁰ *PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE*, Turismo de Natureza e Enquadramento Estratégico, Instituto da Conservação da Natureza, 2000 – 2006.

qual foram, nomeadamente, estabelecidos os novos limites para o Parque Natural, com o objetivo de incluir os valores naturais da área contígua à que se encontrava classificada, que foram identificados durante os estudos de caracterização do processo de ordenamento do Parque de São Mamede, bem como no âmbito dos trabalhos desenvolvidos para a implementação da Rede Natura 2000.

Posteriormente foi aprovado o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra de São Mamede (POPNSSM) e respetivo Regulamento. Importa referir que são considerados objetivos específicos deste plano especial de ordenamento do território:

- A promoção da conservação dos recursos naturais da região, desenvolvendo ações tendentes à salvaguarda da flora e da fauna, e dos elementos geomorfológicos, arquitetónicos e paisagísticos;
- A promoção, de uma forma sustentável, do desenvolvimento económico, social e cultural da região, em especial das zonas rurais, incentivando e apoiando as utilizações tradicionais do solo;
- A promoção da disciplina das atividades urbanísticas, industriais, recreativas e turísticas, por forma a evitar a degradação dos valores naturais, paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de atividades compatíveis, designadamente o turismo de natureza ou sim, é a promoção e divulgação dos valores naturais, paisagísticos, estéticos e culturais e científicos da região, nomeadamente criando condições para a utilização do Parque Natural para fins recreativos, culturais e científicos.

Mas outras leis dão guarida à proteção valorização e gestão do parque, sobretudo criando as bases para a participação das associações de defesa do património cultural.

E desta forma que (NABAIS, 2010:31) o património cultural constitui um assunto, uma matéria, que não pode deixar de dizer respeito a todos e a cada um dos membros da comunidade. O que significa, de um lado, recusar e combater o estatismo ou estadocentrismo e, de outro, afirmar e defender o envolvimento de cada um dos membros e de toda a comunidade na preservação e valorização do património cultural.

A Lei nº 107/2001 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, Artigo 10º define no seu nº 1 e 2 que para além dos contributos individuais, a participação dos cidadãos interessados na gestão efetiva do património cultural pela Administração Pública poderá ser assegurada por estruturas associativas, designadamente institutos culturais, associações de defesa do património cultural, e outras organizações de direito associativo e que para os efeitos da presente lei, entende-se por estruturas associativas de defesa do património cultural as associações sem fins lucrativos dotadas de personalidade jurídica constituídas nos termos da lei geral e em cujos estatutos conste como objetivo a defesa e a valorização do património cultural ou deste e do património natural, conservação da natureza e promoção da qualidade de vida.

Também podemos destacar outras iniciativas comunitárias de gestão e valorização patrimonial, como é o caso dos programas de iniciativa comunitária LEADER — Ligações entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural — que têm assumido um papel fundamental na definição e implementação de estratégias de desenvolvimento rural. O Programa LEADER+ visa incentivar a aplicação de estratégias de desenvolvimento sustentável, originais, integradas e de qualidade, cujo objeto seja a experimentação de novas formas de valorização do património natural e cultural, o reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho, e a melhoria da capacidade organizacional das respetivas comunidades.

3. As condicionantes de uma intervenção

3.1. As regras gerais: a legislação nacional e os documentos internacionais

As questões relativas a importância do parque, a sua preservação e conservação numa perspetiva de integração ambiental versus biodiversidade, social e económico sustentável, estribadas num conjunto de estratégias que poderão ajudar a gerir conflitos, garantindo, também, a valorização de Serra Malagueta enquanto Património implica uma observância das normas nacionais bem como as internacionais, balizando as atuações.

Desta forma, as nacionais:

1 - A Constituição da República de Cabo Verde, exarado no Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 e retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série, art.º 7,k, define como uma das tarefas fundamentais do Estado, proteger a paisagem, a natureza, os recursos naturais, o meio ambiente, bem como o património histórico - cultural e artístico nacional.

2 - Suplemento ao "BOLETIM OFICIAL" DE CABO VERDE nº 52, de 29 de Dezembro de 1990 - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro (Lei de Bases que aprova a preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano) define como património cabo-verdiano todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados como de interesse relevante para a preservação e valorização da identidade cabo-verdiana através do tempo, assim como, na sua Secção IV, fala da proteção do património natural.

3 - O/s PDM's (Plano Diretor Municipal). Um componente do plano municipal de ordenamento do território, ou seja, um documento regulamentador do planeamento e ordenamento do território de um dado município. Estabelece a estratégia de desenvolvimento territorial, a política municipal de ordenamento do território e de urbanismo e as demais políticas urbanas, integra e articula as orientações estabelecidas

pelos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional e regional e estabelece o modelo de organização espacial do território municipal.

Desta forma temos o Plano Diretor Municipal de Tarrafal de Santiago, através do Relatório Volume I, Caracterização e Diagnóstico, Julho 2010; o Plano Diretor Municipal de São Miguel de Santiago, Esquema do Regulamento, Volume IV, Dezembro 2009, 2ª versão e o Plano Diretor Municipal de Santa Catarina de Santiago, Relatório de Caracterização e Diagnóstico, Relatório e Regulamento, Julho de 2009. Estes, de uma forma mais os menos abrangentes referem a Serra Malagueta, como um património a ser considerado como de interesse relevante a ser preservado e valorizado e que poderá, também, constituir uma mais-valia socio-económica e turística.

Após a Conferência das Nações Unidas do Rio – 1992 sobre o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Cabo Verde em 1993, bem como vários outros países Africanos, adotou o seu primeiro instrumento legal ambiental que define as Bases da Política do Ambiente, um ano após a consagração do Direito ao Ambiente na Constituição da República de Cabo Verde, como Direito fundamental. Hoje, o nosso sistema jurídico integra um conjunto de dispositivos legais que regulamentam várias preocupações ambientais no país, designadamente a conservação da Natureza, ar, água, solos, ruídos e instrumentos da Política Ambiental.

4- Desta forma, pode - se falar da *Lei de Bases da Política do Ambiente*, aprovada pela Lei 86/IV/93, de 26 de Julho, B.O. nº 27, I Série e que tem como objeto, definir as bases da política do ambiente em cumprimento do disposto no artigo 70º da Constituição da Republica de Cabo Verde²¹, que versa o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e valorizar.

5- *Decreto-Legislativo n.º 14/97*, de 1 de Junho, exposto através do B.O. nº 25, I Série (2º suplemento), *desenvolve normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente*, estabelecendo os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente contra todas as formas de degradação, com o fim de valorizar os recursos naturais, lutar contra a poluição de diversa natureza e origem e melhorar as

²¹ Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 e retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série.

condições de vida das populações no respiro pelo equilíbrio do meio e, por conseguinte, no capítulo IX, definir a proteção de espaços naturais, paisagens, sítio, monumentos e espécies protegidas.

6 - Decreto-lei nº 3/2003, de 24 de Fevereiro. Este diploma visa estabelecer o *regime jurídico dos espaços naturais*, paisagens, monumentos e lugares que, pela sua relevância para a biodiversidade, pelos seus recursos naturais, função ecológica, interesse socio-económico, cultural, turístico ou estratégico, merecem uma proteção especial e integra-se na Rede Nacional das Áreas Protegidas, contribuindo assim para a conservação da natureza e o desenvolvimento auto-sustentado do país.

7 - O Decreto-Lei nº 44/2006, de 28 de Agosto, I Série, B.O. número 27, que *altera parte do Decreto-Lei nº 3/2003*, de 24 de Fevereiro.

8- PROGRAMA DO GOVERNO PARA A VIII LEGISLATURA, 2011 – 2016, em que traça um conjunto de metas, diretrizes e estratégias a nível de valorização e salvaguarda do património cultural e natural.

9- Resolução nº 40/2008, B.O. da Republica de Cabo Verde, nº 45, I Série, que aprova o *Plano de Gestão do Parque Natural de Serra da Malagueta*, Ilha de Santiago, enquanto instrumento de gestão fundamental de áreas protegidas e, uma ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspetos geológicos e geomorfológicos, a proteção de valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas do Homem cabo-verdiano.

Os normativos internacionais:

Quanto às internacionais, parafraseando MARTÍ²², *um ativo património local chega a um reino global, e, assim, se transforma em património mundial. E, por outro lado, a comunidade local onde o promovido ativo está localizado é sobreposta por uma comunidade. Esta comunidade global está representada, institucionalmente, pela UNESCO.*

²² MARTÍ, Gil-Manuel Hernández i; The Deterritorialization of Cultural Heritage in a Globalized Modernity.

Assim, o agir no particular, também, é balizado por normas e conceitos gerais e globais.

1- Carta de Atenas de 1931, saída de uma conferência que recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objeto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas, particularmente pitorescas, devem ser preservadas. Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo.

Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época.

Outra questão é que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os, contudo, a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.

2- Carta de Veneza – 1964, sobre a Conservação e o Restauro dos Monumentos e Sítios.

O conceito de monumento histórico abrange não só os trabalhos de simples arquitetura, mas também o enquadramento urbano ou rural onde se encontram as evidências de uma civilização, em particular, um desenvolvimento significativo ou um acontecimento histórico. Isto aplica-se não só às grandes obras de arte, mas também a obras mais modestas do passado que adquiriram significado cultural com a passagem do tempo. Afirma ainda esta Carta que o objetivo de conservar e restaurar os monumentos é salvaguardá-los, não apenas como obras de arte, mas sim como evidências históricas. A conservação dos monumentos antigos é sempre facilitada se os fizermos utilizáveis para qualquer finalidade socialmente útil. Tal utilização é, portanto, desejável mas não deve alterar a disposição interna ou a decoração do edifício.

3- Carta de Burra - Austrália, 1980, que indica as linhas de orientação para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural (sítios património cultural) e recomenda que a conservação é uma parte integral da gestão dos sítios com significado cultural, mas também uma responsabilidade permanente. A Carta pode ser aplicada a todos os sítios com significado cultural, incluindo os sítios naturais, indígenas e históricos com valor cultural.

4- Carta de Washington – 1987, Carta sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas.

Este documento define os princípios, os objetivos e os métodos necessários para a conservação das cidades históricas e das áreas urbanas históricas. Pretende promover a harmonia entre a vida privada e a vida comunitária nessas áreas, e encorajar a preservação destas propriedades culturais que constituem a memória da humanidade, mesmo que modestas em escala.

Todas as comunidades urbanas, quer se tenham desenvolvido gradualmente ao longo do tempo, quer tenham sido deliberadamente criadas, são uma expressão da diversidade das sociedades através da história. Daí as áreas urbanas históricas, grandes ou pequenas, incluindo cidades, vilas e centros ou bairros históricos, em conjunto com os seus ambientes naturais ou feitos pelo homem. Para além do seu papel como documentos históricos, estas áreas incorporam os valores das culturas urbanas tradicionais. Atualmente, muitas destas áreas estão a ficar ameaçadas, fisicamente degradadas, danificadas ou mesmo destruídas pelo impacto do desenvolvimento urbano que seguiu a industrialização das sociedades, em toda a parte.

5- Carta Internacional do Turismo Cultural, 1999, Gestão do Turismo nos sítios com significado patrimonial.

De uma forma geral, o património natural e cultural pertence a todas. Temos o direito e a responsabilidade de compreender, apreciar e conservar os seus valores universais.

Património é um conceito amplo e inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural.

Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, coleções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas. Ele regista e exprime o longo processo de desenvolvimento histórico, formando a essência das diversas identidades nacionais, regionais, indígenas e locais, e é uma parte integrante da vida moderna. É um ponto de referência dinâmico e um instrumento positivo para desenvolvimento e para o intercâmbio. O património particular e a memória coletiva de cada localidade ou de cada comunidade é insubstituível, e é um fundamento importante para o desenvolvimento, quer agora quer no futuro.

Numa época de globalização crescente, a proteção, conservação, interpretação e apresentação do património e da diversidade cultural de qualquer lugar, ou região em particular, é um desafio importante para as pessoas de todas as partes. No entanto, a gestão desse património, dentro de um enquadramento de normas internacionalmente reconhecidas e apropriadamente aplicadas, é, geralmente, da responsabilidade da comunidade, ou do grupo de custódia, particular.

Um objetivo primário da gestão do património é a comunicação do seu significado e a necessidade da sua conservação para a sua comunidade residente e para os visitantes. O acesso ao património, razoável e bem gerido físico, intelectual e emocionalmente, e ao desenvolvimento cultural é tanto um direito, como um privilégio. Ele traz consigo um dever de respeito pelos valores e pelos interesses, e de equidade para com a comunidade residente atual, para os proprietários indígenas de propriedades históricas, assim como para com as paisagens e as culturas a partir das quais esse património evoluiu.

Desta forma é preciso observar alguns objetivos:

- Facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do património a tornarem o significado desse património acessível à comunidade residente e aos visitantes.

- Facilitar e encorajar a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o património e as culturas vivas das comunidades residentes.

- Facilitar e encorajar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios património, das coleções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável.

- Encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios património e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação.

3.2. O Plano de Gestão da Serra da Malagueta: Avaliação do documento e do desempenho da gestão.

O Plano de Gestão de Serra Malagueta, enquanto instrumento de gestão fundamental de áreas protegidas, constitui uma valiosa ferramenta capaz de compatibilizar diferentes interesses em presença, como a conservação da biodiversidade, aspetos geológicos e geomorfológicos, a proteção de valores culturais, estéticos e científicos e a satisfação das necessidades básicas das comunidades.

Este faz um diagnóstico geral e exaustivo sobre o Parque, pondo em evidência o conjunto das potencialidades e as fragilidades. Outrossim, faz uma exaustiva inventariação da biodiversidade, assim como traça um plano económico - financeiro e de investigação e monitorização, bem como os respetivos orçamentos, com vista a consecução dos objetivos do Plano, isto é, a implementação das estratégias de gestão e conservação do Parque, consequentemente da sua vida animal e vegetal ou melhor, conforme veicula o Plano de Gestão:

- Conservar, proteger e/ou restaurar os elementos e processos naturais e culturais com toda a sua diversidade biológica, singularidade e beleza;
- Promover o desenvolvimento socio-económico do Parque, através de formas que conciliem a melhoria de qualidade de vida das comunidades locais com a conservação dos valores naturais e culturais;
- Ordenar os usos e atividades do Parque, compatibilizando-se o uso público com a conservação dos valores naturais e culturais;
- Potenciar as atividades educativas, recreativas e científicas.

Quanto a avaliação, o espírito e a filosofia que norteou e norteia a criação do Plano mostra – se de suma importância, é basta analisar os objetivos e os pressupostos que

norteiam a criação, pois tem por base as condicionantes identificadas durante o processo de planeamento e que, sem dúvida, constituíram desafios para a gestão do Parque, considerando, por um lado, o valor e o estado de conservação dos recursos existentes, e, por outro lado, os aspetos relacionados com a estrutura e a dinâmica socioeconómica que estão na base das mudanças que acontecem, no que concerne às formas de ocupação do território e o desenvolvimento de atividades turísticas, embora estas ainda se encontrem numa fase incipiente.

Outrossim, o Plano traça um conjunto de ações e de instrumentos, tais como a organização, a administração, o maneio, a execução, a proteção e a conservação dos elementos do Parque, conciliando-se os interesses de conservação do sistema ecológico com o uso sustentável dos recursos naturais, integrando os atores sociais, bem como sistema de monitorização e de avaliação com o fito de acompanhamento periódico do sistema, permitindo a obtenção de informação sobre a gestão realizada até o momento, mediante a medição e a quantificação de certos parâmetros, previamente definidos a avaliar os resultados do acompanhamento e permitem avaliar se os objetivos do plano de gestão estão sendo cumpridos ou não, assim como o grau de cumprimento.

Da visita in loco ao local, no que diz respeito à avaliação do documento e do desempenho da gestão, em termos de implementação constata – se um grande empenho e performance na divulgação da imagem do Parque e o dar a conhecer ao grande público através de várias propagandas comunicativas como *websites*, blogues e desdobráveis ou ainda corridas ecológicas e marchas.

No que diz respeito à criação de condições socioeconómicas das populações afetas ao Parque, há promoção e incentivos de outras práticas agrícolas como a introdução de regas localizadas, conhecida vulgarmente como rega gota – a - gota, promoção e mobilização da água através de cisternas comunitárias e familiares, captação de água de nevoeiro ou ainda a retenção de água das chuvas através de construção de grandes depósitos. Regista – se ainda que, há incentivos a produção de artesanatos locais, ou ainda, de forma frouxa, algum turismo de montanha ou natureza.

Denota – se a existência de apoios às atividades educativas e, sobretudo voltados para a educação ambiental, como exemplo criação de hortos escolares ou visitas guiadas ao Parque.

Bem tímido está a preservação do património, material móvel e imóvel e do imaterial, não obstante, quanto ao património material o Plano reconheça que há (Plano de Gestão, 2003) uma notória presença de elementos etnográficos, muitos destes, hoje, em estado de abandono, nomeadamente as casas de tipologia tradicional cobertas de palha ou de telha, cuja conservação o Plano preconiza, no entanto, sem qualquer referência à preservação do património imaterial.

No que diz respeito ao património natural envolto do ecossistema há uma preocupação suprema de preservação e conservação, existindo inventário e investigação sistemática.

Apercebe – se, através do Plano de Gestão, conversas com os responsáveis autárquicos assim como nos Planos Diretores Municipais, uma envolvência muito tímida dos poderes locais na gestão do Parque. Muitas vezes parecem estar à margem daquilo que se passa nessa parte e, às vezes, apercebe – se como se fosse um enteado do território municipal. Isto, diferentemente daquilo que se constata na Gestão dos Parques Culturais e Naturais de Saint- Émillion e Serra de São Mamede, em que todas as estratégias de conservação e valorização passam por estratégias conjuntas engendradas pela população/comunidade e os poderes públicos municipais e autárquicos.

3.3. O papel das Associações Comunitárias na defesa do (s) património (s)

Associação comunitária pode ser definida, pela sua natureza, como sendo, associações constituídas sem fins lucrativos para contribuir para a realização de ações de cooperação para o desenvolvimento. São, de uma maneira geral, organizações autónomas e independentes dos poderes públicos, que podem ser confessionais e laicais, procedendo os seus recursos financeiros de fontes privadas como: coleta de fundos, subvenções, cotização dos membros, etc. ou de subvenções públicas (ONG's, 1999,pg2).

A constituição da Republica de Cabo Verde, na sua Revisão Ordinária de 2010 e publicada através do Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 (Retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Serie), no seu Artigo 52º, nº 1 define que é livre, não carecendo de qualquer autorização administrativa, a constituição de associações.

Para já, é de referir que, desde 1987 a lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro, regula o exercício da liberdade de associações, ou as ONG's (Associações Não Governamentais). Esta estabelece as bases do regime jurídico comum das associações de fim não lucrativo permitindo, no seu artigo 2º, que os cidadãos maiores, no gozo dos seus direitos civis, podem livremente e sem dependência de qualquer autorização, construir associações.

É a democratização do poder com a criação de mecanismos de participação direta da sociedade civil na gestão de políticas públicas, como por exemplo a descentralização e desconcentração do poder, para as periferias e não só, através das associações da sociedade civil, as ONG's.

Regra geral, as associações constituem hoje parceiros úteis para o desenvolvimento local, em áreas como o desenvolvimento comunitário, poupança e crédito, atividades geradoras de rendimento com incidências positivas na luta contra a pobreza, promoção da mulher, planeamento familiar, apoio aos deficientes, preservação ambiental, informação, educação, comunicação, e na defesas dos direitos humanos e cidadania.

Hoje é fundamental ter a noção clara de gestão e valorização de património, mas, numa perspetiva sustentável, o que passa obrigatoriamente pela participação dos cidadãos na sua gestão, conservação e valorização.

Desta forma, o próprio B.O. (Boletim Oficial) nº 52 (Suplemento), de 29 de Dezembro de 1990, Lei nº 102/III/90 que define as bases de preservação, a defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano, no seu artigo 5º define o direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural cabo-verdiano, bem como o artigo 7º define que as populações são associadas às medidas de proteção, conservação, dignificação e defesa do património cultural bem como à sua fruição.

O património deve ser entendido como um recurso de desenvolvimento local. Daí deve ser um assunto para os atores locais - agentes de desenvolvimento, empresários, funcionários públicos, políticos, dirigentes associativos, artesãos - e deve ser entendido sob o prisma do conceito de subsidiariedade, sob o qual a gestão do património deve ser próxima dos detentores desse património.

Só assim, *“le patrimoine peut être un développement des ressources . Pas de développement sans la participation effective et active de la communauté”*²³.

Uma comunidade organizada pode contribuir para o desenvolvimento local, visto que os residentes conhecem e identificam, com maior clareza e determinação, os seus problemas e as suas necessidades. Portanto, é neste contexto que entra a importância das associações comunitárias na preservação e conservação do património.

²³ *Só assim o património poderá ser o recurso de desenvolvimento. Não havendo desenvolvimento sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade.*
VARINE, Hugues de : Les Racines du Futur: Le Patrimoine au Service du Développement Local , Chalon sur Saône, ASDIC, 2002, pg.15.

4. Guide lines para um projeto na Serra da Malagueta

4.1. Reforçar o papel das associações comunitárias

As associações comunitárias são organizações que promovem o desenvolvimento local de uma localidade específica.

Nenhuma entidade pode agir isoladamente e contribuir para o desenvolvimento local da sua comunidade (ONG's, 2008:75). Só há desenvolvimento local se todos os atores aperceberem da sua co - responsabilidade no desenvolvimento da comunidade. Todos têm que estar conscientes do seu papel e de como se envolver neste processo, sejam sociedade civil, poder central e local ou os agentes económicos.

É com base na filosofia, de que uma comunidade organizada pode contribuir para o desenvolvimento local visto que os residentes conhecem e identificam com maior clareza e determinação os seus problemas e as suas necessidades, que deve – se reforçar as atribuições das associações comunitárias com vista a um desenvolvimento local e sustentável.

Relativamente as associação comunitárias afetas ao Parque Natural, estão inseridas em comunidades rurais no interior da Ilha de Santiago, muito pobres, em termos de recursos e, sobrevivendo essencialmente da agricultura e pecuária que é praticada de forma precária e, ainda, juntando a esses constrangimentos, o agravante, de possuírem pouca escolaridade.

Desta forma, independentemente das atribuições definidas pelo regime estatutário que regula o funcionamento e baliza as atuações das associações comunitárias é preciso imprimir e inculcar atitudes proactivas nas associações e conseqüentemente no agregado comunitário.

A destacar, a relação de pertença por parte dos elementos, visto que a maioria das associações funcionam a reboque do seu Presidente. O que quer dizer que, as responsabilidades não descentralizam aos outros órgãos bem como aos associados. Assim é preciso aprimorar o funcionamento dos órgãos constitutivos bem como a fiscalização, fugindo o caos que muitas vezes transformam as associações em (LOPES, 2011) espaços sem regras, fiscalização ou transparência. No fundo, subvertem o espírito do próprio movimento associativo, que surgiu para dar e não para receber.

O mérito do trabalho das associações comunitárias é a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária. Todavia constata-se que estas experiências com associações comunitárias não têm sistematizado e apresentado os resultados alcançados na melhoria da qualidade de vida. A divulgação destes resultados é importante não só para a própria associação mas também para outras instituições, como indicador de avaliação da metodologia de cada uma. É também fundamental o acesso da comunidade a estas informações como incentivo à participação dos moradores na solução dos problemas identificados, monitorização das ações colocadas em prática e elaboração de ações alternativas.

As associações devem por em prática programas de gestão comunitária por forma a promoverem uma gestão participativa de recursos, apoiando ações de sustentabilidade. Para atingir esse objetivo é imperativo o fortalecimento da organização comunitária e do associativismo, estimulando a participação da população local nos diversos fóruns de tomadas de decisão sobre a gestão de suas áreas de uso e sobre a conservação dos recursos.

Outro desidrato das associações a se ter em consideração é o nível de escolaridade dos associados que nem sempre é o mais desejado. A formação e capacitação dos membros são fundamentais para a melhor gestão dos interesses e das necessidades das comunidades. Mas, a formação e capacitação não deve estribar – se no (COVAS, 2007) «*modelo de eficiência*» que se dedicou a alimentar o mercado de trabalho, através do contingente de trabalhadores por conta de outrem. Esse modelo, agora esgotado, a manter-se como está, só continuará a produzir cada vez mais desigualdade e exclusão e agravará a perda do auto-suficiência económica dos indivíduos e das famílias, tornando-as altamente frágeis e

dependentes. Por outro lado, esse mesmo modelo facilitou a perda da cultura da conservação do património e da criação de trabalho e de autoemprego.

Portanto, o reforço do papel das associações comunitárias implica visões e atitudes proactivas, traduzidas numa nova gestão comunitária, isto é, baseada numa gestão participativa, de rigor, controle e prestação de contas, mas também, firmado num sistema educativo que prepare as comunidades para uma filosofia de vida sustentável, quer no plano global, quer local.

4.2. Definir linhas e critérios de sustentabilidade da produção agrícolas

Devido ao micro – clima do Parque Natural, este constitui um local privilegiado a prática da agricultura de sequeiro, associado à pecuária, sendo o milho e os feijões fazendo parte do reportório agrícola. Desta forma, existe uma grande pressão sobre os terrenos agrícolas no Parque natural de Serra Malagueta, mesmo nos terrenos considerados marginais. Estas terras constituem espaços de onde a população local procura tirar os recursos necessários para o seu sustento, bem com a dos animais, utilizando, quase sempre, mecanismos de exploração e gestão dos recursos nem sempre compatíveis com o equilíbrio dos ecossistemas.

Esta pressão põe em risco não só o equilíbrio dos ecossistemas, mas também a sustentabilidade do Parque e a sua capacidade de carga, isto é, (RODRIGUES,2009:36) aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem as suas.

A sustentabilidade da produção agrícola deve ultrapassar a tradicional forma de produção. No mundo global em plena formação a agricultura é apenas uma face do problema agro -rural (COVAS, 2008:2), daí é necessário outra filosofia e pedagogia da abordagem e execução agrícola.

Esta abordagem deve ultrapassar práticas seculares de agricultura, em que a enxada (não importa o tipo ou a denominação); o milho maÿs, em que não se precisa de um manual ou uma cartilha para saber que deve se semear, numa cova, quatro ou cinco grãos; os feijões, sobretudo pedra, acompanhante incondicional do milho: constituem rituais cíclicos dos tempos das azáguas.

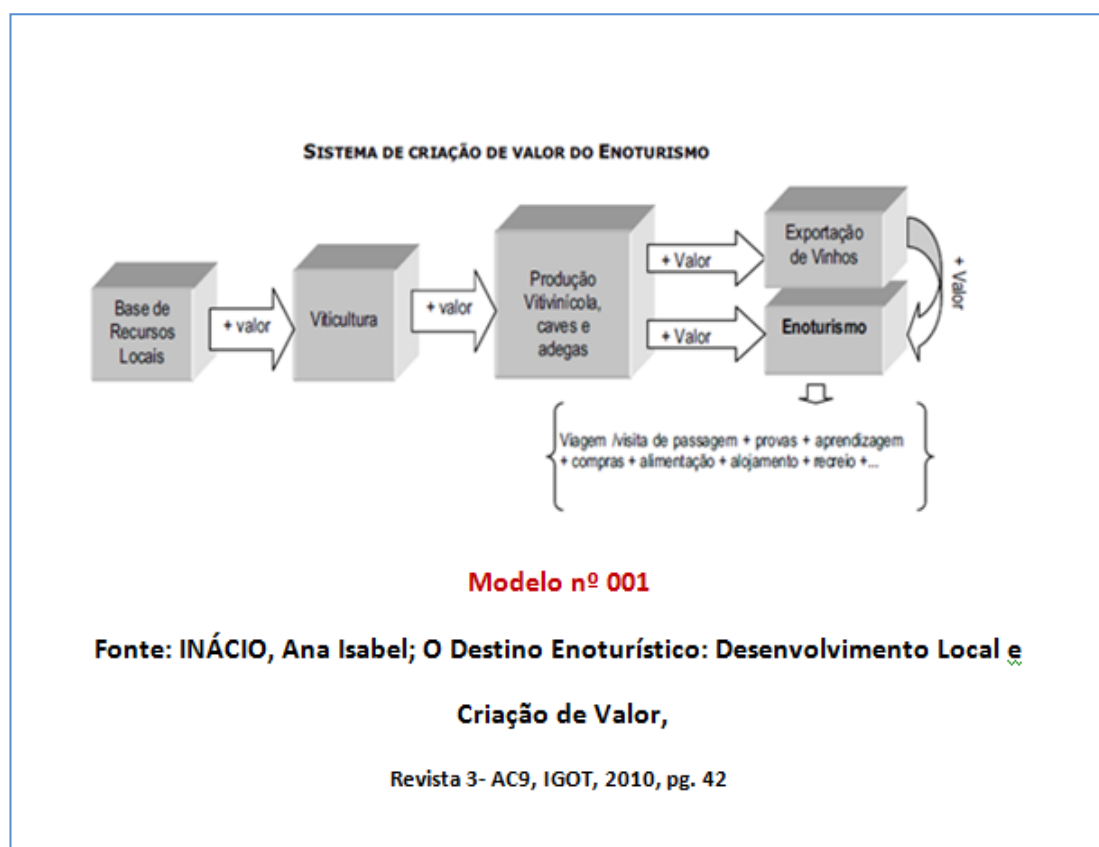
Mas também a alternativa não é importar culturas, técnicas e práticas que, muitas vezes, constituem condicionalismos e, muitas outras vezes, são entraves ao envolvimento das populações ou comunidades afetas ou interessadas.

Daí, provavelmente, o caminho não é abandonar os instrumentos utilizados até agora, mas considerando o meio natural de Serra Malagueta, o seu microclima, o seu estatuto de Parque Natural e protegido, a comunidade que suporta (em que tem que se alimentar suportados nos recursos que o Parque pode/dispõe), propor outra pedagogia e didática agrícola. Deve -se introduzir uma agricultura voltada para a paisagem, isto é, que valoriza a produção e o produto local. COVAS (2008:2) propõe -se uma agricultura que seja a cultura da paisagem global e da agricultura, a valorização dos territórios primários e dos seus atributos mais essenciais. Quanto aos produtos “glocais” carregam a dupla responsabilidade da expressão: global e local. Eles são a representação por excelência do novo mundo rural em formação, uma cultura rural pós-agrícola ou pós-convencional (...). São os novos valores sócio- culturais, modas identitárias e produtos de nostalgia. É o esverdeamento da agricultura e a intensificação verde. É a turistificação e a recreação do espaço rural. São os modos não convencionais de produção.

Estas práticas devem ser exploradas, sobretudo em zonas como Xaxa e Gongom, Concelho de São Miguel; Lagoa, Tarrafal, espaços com bastante disponibilidade de água e quiçá em todo o Parque e, neste particular, é de destacar a importância das associações comunitárias, das instituições estatais (Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural), do *staff* de gestão do Parque Natural de Serra Malagueta e tendo um comprometimento forte e identitária de toda a comunidade local.

Esta prática pode ser associada a atividade turística que se baseia na viagem motivada pela apreciação do sabor da gastronomia local, as tradições e a cultura da localidade, apreciar as paisagens, utilização de equipamentos residenciais locais, além de comércio local e outras prestações de serviço. Podia ser uma espécie de “enoturismo”, (INÁCIO, 2010,p.42) um fenómeno característico de Modernidade, com uma dupla valência e significado: constitui-se como uma atividade turística complementar à oferta turística (...) predominantemente balnear. Pode revelar-se uma atividade complementar da atividade rural e agrícola (...), ou motor de outras atividades tradicionais, seguindo uma lógica de “pluriatividade” essencial aos agentes que em meio rural equacionam a sustentabilidade dos seus negócios.

Assim, se apresenta um modelo (**Modelo 1**) que, perfeitamente, pode ser adaptada nesta nova proposta de sustentabilidade da produção agrícolas, sendo este utilizado para a atividade enoturística em que se pode entender, associados a uma (INÁCIO, 2010,p.42) “cadeia de valor” que se baseia no princípio de que em cada uma das fases de sucessão de elementos é possível acrescentar valor à fase anterior, em função daquilo que este representa.



De acordo com o modelo exposto, à base dos recursos locais é acrescido valor quando estes são aproveitados para a atividade vitivinícola. Este valor é predominantemente económico, mas é também cultural, social e até ambiental. A esta atividade acresce valor quando é produzido vinho. Depois do processo industrial de produção e engarrafamento, a venda deste vinho no exterior propicia valor acrescentado à atividade, predominantemente económico. Se for acrescentada a esta cadeia de valor a atividade enoturística não se adiciona apenas valor a esta produção, fazemo-lo em todas as fases do processo e até à exportação dos produtos.

4.3. Consolidar, estudar e promover as práticas de preservação do Património imaterial

A salvaguarda do Património Cultural Imaterial é um tema que tem merecido particular destaque nos últimos anos nos fóruns internacionais, especialmente os promovidos pela UNESCO, motivando o interesse crescente de profissionais de várias áreas para a sua investigação e análise (CARVALHO, 2011:74).

Como se fez referência no capítulo anterior, Serra Malagueta, assim como em todo o Arquipélago, possui um conjunto diversificado de património imaterial que carece de estudo, mas também de práticas de conservação com vista a sua (UNESCO, 2003) salvaguarda, esta entendida como medidas que visam garantir a viabilidade do património cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste património em seus diversos aspetos.

Mas, a importância do património cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de (“Our Common Future”ou “Relatório de Brundtland”, 1987) desenvolvimento sustentável, também se destaca na Conferência da UNESCO de 1998 sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, em que destaca a importância social, económica e política, o seu papel na história dos povos, assim como o lugar que ocupa na cultura contemporânea, a necessidade de reconhecer a função da cultura tradicional e popular e, particularmente, a de seus aspetos correspondentes à tradição oral, bem como o perigo de que estes aspetos pecam e que, ainda, os governos deviam desempenhar um papel decisivo na sua salvaguarda.

Mas, qualquer ação de salvaguarda do património (Hernández, 2002:386) *o ponto de partida consiste, realmente, na constituição de inventários para identificação e controlo dos bens patrimoniais, servindo de base a futuras ações de conservação, gestão*

ou difusão. A constituição de inventários é uma das medidas tradicionais de promoção da salvaguarda prescrita para o património móvel e imóvel.

A tradição história de inventário começou a situar – se, como ciência/arte, a partir do séc. XVIII, consubstanciando em uma atividade científica que pressupõe a definição de técnicas, modelos de trabalho, mas também a fixação de vários instrumentos ou recursos técnicos, assim como objetos (CHASTEL, 1990:3).

Desta forma, patrimónios diferentes e particulares para modelos de inventariação e técnicas diferentes. O que quer dizer que, o que determina o modelo de inventariação são os tipos de património.

MALRAUX (1994) advoga que o alargamento do leque de inventariados inclui, não só, elementos inventariados na sua contemporaneidade, mas também patrimónios históricos. Daí a necessidade de se saber o que se tem, no geral, mas também, no particular.

Assim, para estudar e promover as práticas de preservação do Património imaterial de Serra Malagueta uma das medidas mais imperativas é a inventariação dos bens patrimoniais do parque.

Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, (UNESCO:2003) cada Estado Parte estabelecerá um ou mais inventários do património cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do património. Os referidos inventários serão atualizados regularmente.

Para tal, a Convenção deixa alguma tolerância de ação no que concerne à criação e implementação de inventários. Por outro lado, também não dá indicações relativamente a sistemas de classificação, permitindo que cada país possa estruturar os seus inventários da forma que lhe convier, adaptando - os às suas necessidades. Tudo aponta para que cada país opte por diferentes abordagens na realização dos seus inventários, seja ao nível dos domínios, dos parâmetros de organização, nível de detalhe e profundidade.

A inventariar o património imaterial no Parque Natural de Serra Malagueta, propõe – se uma ficha **MOD – I001**. A ficha teve como suporte na sua elaboração não só as recomendações de outros especialistas na matéria, mas também estribadas no manual “Patrimoine Immatériel, Base de Données et Organisation Sémantique, Mémoire descriptive”, 2008, (Coordenação d’édition, Filipe Themudo Barata et Vidal Gonçalves).

Conforme CABRAL (2011:53) apesar de existirem já inúmeras bases de dados sobre património cultural imaterial, muitas das quais de base regional ou temática, criadas pelas mais variadas entidades tais como universidades, associações, autarquias ou mesmo indivíduos empenhados na divulgação e defesa de determinado património, é o carácter verdadeiramente inovador da Convenção, que precisa ser transposto para a metodologia de inventariação criada nesse contexto.

Prende-se com esta necessidade (UNESCO:2009:48) envolver as comunidades, grupos ou indivíduos na identificação do património cultural imaterial e, por conseguinte, de encontrar os mecanismos a nível nacional que possibilitem e impulsionem essa participação.

FICHA DE INVENTÁRIO - MOD – I001

INVENTÁRIO PATRIMONIAL NO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA

PATRIMÓNIO	Categoria	Código:
Imaterial /Intangível		PI/000/00001

Denominação:

Batuku

Localização:

País - Cabo Verde
 Distrito/Ilha - Santiago
 Cidade/Concelho - São Miguel
 Zona/Localidade - Gongom



Discrição:

Música característico da ilha de Santiago e de raízes, certamente, africanas, o *batuko* transmite a memória coletiva e a identidade de um povo. Os objetos essenciais para o *batuko* são o *pano* e a *tchabeta*. O *pano* é uma tira de algodão usada pelas mulheres ao redor dos quadris durante a dança e que serve para destacar os movimentos do corpo. A *tchabeta*, um tipo de travesseiro formado por tecidos envolvidos por uma tela de plástico, para poder obter-se um som mais agudo, desenvolve a função de instrumento de percussão.

Nascido à margem dos trabalhos nos campos, na sua forma tradicional é executado essencialmente pelas mulheres (também existem algumas exceções exemplares, como no caso de Ntoni Denti D'Oro). A música começa com as *batucaderas* sentadas em semicírculo, em um espaço denominado *terrero*, onde começam a bater a *tchabeta* mantida presa entre as pernas.

Os elementos do *batuko* são: o ritmo, o canto e a dança.

O ritmo de introdução é lento. Normalmente é a *batucadera* líder do grupo que dá as indicações para as outras sobre como tocar. A canção começa com a solista que canta um trecho e então as outras respondem em coro enquanto continuam a bater. O ritmo alcança fases mais vivazes, favorecido pela batida frenética e obsessiva das *batucaderas* até chegar a um estado de êxtase no qual parece que as bailarinas caem em transe. É o momento culminante do *batuko*. Os textos das canções que como já se disse, são executados pelas mulheres, abordam frequentemente assuntos da vida de todos os dias, como o que têm para fazer e o que fazem as mulheres, as suas relações com as crianças ou com os maridos que partiram para a pesca ou emigraram para o exterior.

São as mulheres que fazem parte da dança. O movimento que parte dos quadris envolvidos com o *pano* começa lentamente a levar o corpo inteiro a uma dança frenética e envolvente que logo arrasta também para a dança outras *batucaderas*.

Notas:

Importância para a comunidade

O *batuko* é executado para celebrar as festividades agrícolas, e também na ocasião de eventos de nascimentos, batismos, matrimónios e outras ativiades festivas. Durante a colonização portuguesa, o batuko era praticado na clandestinidade. O poder colonial, de fato, o considerava uma expressão selvagem na qual se manifestava uma africanidade a ser banida de todos os modos. A Igreja, por sua vez, considerava o batuko uma obscenidade e chegava até a recusar a ministrar o matrimônio a quem o praticava. A partir de 1975, o ano da independência de Cabo Verde, o batuko, assim como o funaná e a tabanka, outras expressões tradicionais da ilha de Santiago, começa a sair do ambiente rural e a ser praticado também na cidade e sobretudo em Praia, a capital.

Referência bibliográfica

Revista Fragmentos nº 11/15/1997
Revista Kultura, Praia, nº 02, 1998

Plano de Ação/Valorização

Inventariado por:

Contacto: Móvel- (+238) Fixo - (+238)

Email - Jolandim@sapo.cv

Autorização para a divulgação do registo sonoro ou vídeo
Referência:

Código: (PI = Património Imaterial/Intangível)

Uma outra forma de promover a preservação do património imaterial de Serra Malagueta é através da educação patrimonial entendida como um (BOURDIEU 2001:241) processo que conduz o homem ao entendimento do mundo em que está inserido, elevando sua autoestima e a conseqüente valorização de sua cultura, pois, o sistema de ensino é uma poderosa arma legitimadora dos privilégios sociais.

Assim, para assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do património cultural imaterial na sociedade é preciso que (UNESCO, 2003:Art. 14) cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios oportunos, criar programas educativos, de conscientização e disseminação de informações, voltadas para o público, em especial, para os jovens. Programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos em atividades de fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda do património cultural imaterial, e especialmente de gestão e de pesquisa científica e meios não-formais de transmissão de conhecimento também, manter o público informado das ameaças que pesam sobre esse património e das atividades realizadas em cumprimento da presente Convenção.

Portanto, deve – se promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o património cultural imaterial possa se expressar.

A educação ajuda a pensar tipos de homens, mais do que isso, ela ajuda a criá -los, através de passar uns para os outros o saber que o constitui e legitima. Produz o conjunto de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto constroem tipos de sociedades. Diz, SÉKOU – TOURÉ (1977:18) que o ensino tem por característica essencial ser, antes de mais, nacional. Se um conjunto de nações constituísse um poder supranacional, harmonizando as suas infraestruturas, seria conveniente imaginar um sistema de ensino e educação que conviesse a um tal estado multinacional.

Deve – se através dos currícula introduzir conteúdos que visem ou permitam abordagens multidisciplinar ou transdisciplinar sobre o património cultural imaterial, sobretudo, entendendo que este pode ser compreendido como as práticas, expressões,

saberes e conhecimentos associados aos objetos, lugares culturais e artefactos que as pessoas, grupos e comunidades partilham e reconhecem como bens culturais inerentes à existência, permanência e continuidade das suas tradições, mas também são manipulados no dia – a – dia das pessoas. Enquanto isso, a comunicação escrita, os meios audiovisuais e eletrónicos devem ser um meio de sensibilização, servindo a mesma causa, do grande público numa mensagem positiva sobre os aspetos do património imaterial.

Mas, outras atividades educativas podem ser feitas, tais como, palestras, inventariação do património imaterial por parte das escolas, e conseqüentemente pelos alunos junto às famílias, com vista a se criar reportórios ou base de dados da escola. Estes inventários não têm necessariamente de estarem vinculados a uma matriz material e podem consubstanciar projetos de diferentes escalas e temáticas.

É de lembrar que os denominados “les trésors vivants²⁴”, “os Tesouros Humanos Vivos” (BLAKE, 2002:49), *“ce sont les personnes et les groupes de personnes qui possèdent un degré de connaissances très élevé, de savoir faire et de techniques aussi, qui sont nécessaire pour maintenir, créer ou produire des éléments déterminés du patrimoine culturel immatériel”*, estão dentro da comunidade educativa, assim como, a importância da tradição oral, (KI - ZERBO, 2010:XXXVIII) como repositório e o vetor de capital importância nas criações socio -culturais acumuladas pelos povos e constitui um fio de Ariadne muito frágil para reconstituir os corredores obscuros do labirinto do tempo. Seus guardiões são os velhos de cabelos brancos, voz cansada e memória um pouco obscura, rotulados às vezes de teimosos e meticulosos.

A dinâmica de transmissão é caracterizada pela oralidade e outras formas legitimadas, de geração em geração, preservadas e recriadas a partir da identidade social e cultural dos indivíduos, grupos e comunidades.

É muito importante a capacitação da comunidade local, mas também deve ser criadas infraestruturas de preservação e conservação patrimonial, como é o caso dos ecomuseus e museus comunitários, um tipo de museu onde os membros de uma

²⁴ São determinados indivíduos com excepcionais qualidades artísticas e detentores de saberes-fazer tradicionais fundamentais na promoção da transmissão desses conhecimentos à geração seguinte.

comunidade tornam-se atores do processo de formulação, execução e manutenção do mesmo. Tendo em consideração que as pessoas não esquecem o seu passado, mas o mantém latente em suas memórias o ecomuseu pode ser num lugar de preservação da cultura imaterial da comunidade, ao reunir as narrativas orais dos sujeitos, as estória, as festas e outras formas de representação da cultura local e, em consequência, o museu objetiva de forma permanente e parceira o desenvolvimento e mudança social na comunidade com vista a sua perenidade.

Também é uma forma do ecomuseu ou museu comunitário constituir um espaços de educação, daí se (SANTOS, 2009) converte num espaço pedagógico, que é (...) compreendido como um local onde a tradição pode ser conhecida, percebida, questionada e reinventada, estimulando e apoiando, inclusive, a criação de novos museus; interagir com outras instituições, com os sujeitos sociais que estão fora dos museus (...). Então, é necessário que, tanto o museu tradicional, quanto a academia, rompam as paredes, abram as portas e saiam, para conversar e interagir com o património que está lá fora.

4.4. Instrumentos de monitorização

Não se pode falar de estratégias de conservação e de valorização de um determinado património, sem se pensar, também, em instrumentos que servem para averiguar os impactos dessas estratégias.

Esta avaliação incide nos fatores de êxito e de insucessos da execução, bem como nas realizações e nos resultados, incluindo os aspetos de sustentabilidade, sendo traduzidos em indicadores de monitorização a permitir o acompanhamento e o estado da qualidade patrimonial.

A avaliação do valor de património paisagístico, bem como a utilização de indicadores de acompanhamento são componentes importantes de planeamento da conservação e gestão patrimonial (CAPELO, BARATA & MASCARENHAS, 2011), mas também uma importante ferramenta para a implementação de medidas corretivas, se necessário.

Desta forma, no cálculo do valor patrimonial de Serra Malagueta, selecionou – se vários critérios, sendo a cada um atribuído um coeficiente de ponderação de acordo com a sua importância relativa, (**Tabela - 1**), sendo estes indicadores e valores de ponderação já refletidos, explorados e ensaiados em outros parques naturais e paisagens, latitudes distintos, nomeadamente, na área em torno da cidade de Évora (no centro Alentejo região de Portugal) e outra no vale do Douro (no Norte de Portugal), designadamente: o "montado", caracterizado pela presença de azinheiras e sobreiros; o sistema romano datando de tempos Augusto, na área em torno de Eborá (Évora romana); o convento Mitra e horta e os vinhedos que formam as paisagens no Vale do Douro²⁵, sendo os resultados publicados em vários artigos científicos.

A importância da paisagem foi avaliada com cada um dos critérios e os resultados expressos de acordo com um intervalo de valores (0-24), considerando quatro classes de

²⁵ CAPELO, S., MASCARENHAS, J. M. de, BARATA, F. T.; Monitoring indicators as an important tool to assess the quality of heritage landscape along the time. The Problems of Landscape Ecology. Vol. XXX. 241-248, 2001, p14.

avaliação (Low, Médium-Low, Médium-High e High), isto é, Baixa, Média-baixa, Média – alta e Alta.

Usando uma escala geral de valores, a cada classe foi atribuído um valor numérico, permitindo através da aplicação de uma função linear obter o valor patrimonial (Y):

Salienta-se a avaliação qualitativa da paisagem de Serra Malagueta foi feita a partir do conhecimento, in loco, do meio geográfico, bem como as várias reflexões realizadas em estudos.

Função Linear

$$Y = \sum_{i=1}^n a_i \cdot X_i$$

n- número de critérios;
ai - coeficiente de ponderação;
Xi- critérios de valor sobre

Tabela - 1: A definição dos critérios de avaliação e herança das paisagens

Nº	Indicadores	Coeficiente Ponderação	Serra Malagueta
1	Built heritage (architectonic and archaeological richness)	3	L
2	Natural biotic heritage (vegetal and animal richness).	3	H
3	Natural abiotic heritage (paleontological, geological and geomorphologic) richness.	3	ML
4	Rarity of the heritage landscape type	4	L
5	Antiquity of the coherent spatial structures of the heritage landscape	2	L
6	Scientific potential: potential offered by the heritage landscape concerning the archaeological research. Importance of the landscape to the evolution or alteration of theories actually accepted.	4	H
7	Recreation potential: potential offered by the heritage landscape concerning the amusement usufruct.	1	MH
8	Pedagogic potential: potential offered by the heritage landscape concerning the educational activity.	2	H
9	Historic record: quality and development of the realized landscape research of the related documental production.	1	L
10	Conservation statutes: importance of the classification statute if existing.	3	H
11	Symbolic importance: connection of the heritage landscape with historical, socio-economic and/or religious events.	2	MH
12	Coherence degree of the spatial structures related to certain(s) epoch(s).	4	L
13	Conservation degree of the spatial structures of the heritage landscape (identification marks).	3	MH
14	Aesthetical quality of the heritage landscape when observed from terrestrial sites.	2	H
15	Monumentality: grandiosity of the heritage landscape when observed from terrestrial sites. It is in a great extent reflex of the topographic insertion of the spatial structures.	2	H
16	Range: surface occupied by the heritage landscape.	2	H
17	Craft-or work-related value: related with methods used to design and built the landscape, and processes of marking.	2	MH

ESCALA DE AVALIAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PAISAGEM

Low, Médium-Low, Médium-High e High
(Baixa, Mádia- Baixa, Média - Alta e Alta)

ESCALA	SÍMBOLOS
[06 - 12]	L
[12 - 15]	ML
[12 - 15]	MH
[15 - 24]	H

Função Linear pra Obter o Valor Patrimonial

$$Y = \sum_{i=1}^n a_i \cdot X_i$$

(n = number of criteria; a_i = weighting coefficient; X_i = value concerning criteria i)

$$Vp' = (Vp - Min) * 100 / (Max - Min)$$

Vp' = É o valor patrimonial na escala de [0 - 100]

Vp = É o valor patrimonial calculado na escala de [0 - 24]

Assim:

Valor máximo = 903

Valor mínimo = 129

Valor Patrimo. = 528

$$\Leftrightarrow Vp' = (567 - 129) * 100 / (903 - 129)$$

$$\Leftrightarrow Vp' = 438 * 100 / 774$$

$$Vp' = 56,59$$

$$Vp' = 57$$

Depois de obter o valor patrimonial na escala de 0-20, procedeu – se a conversão para a escala de 0-100, utilizando a seguinte fórmula:

$$Vp' = (Vp - \text{Min}) \times 100 / (\text{Max} - \text{Min})$$

Vp' : é o valor na escala de 0-100

Vp : É o valor calculado na escala de 0-24

Min: É valor mínimo considerando na escala de 0-24 para todos os critérios (todos os critérios têm o valor mínimo e depois calcula -se o somatório com os coeficientes de ponderação).

Max: É valor máximo considerando na escala de 0-24 para todos os critérios (todos os critérios têm o valor máximo e depois calcula -se o somatório com os coeficientes de ponderação).

Assim se obtém:

$$Vp' = (567 - 129) \times 100 / (903 - 129)$$

$$Vp' = 438 \times 100 / 774$$

$$Vp' = 56,57$$

Desta forma, o resultado do valor patrimonial obtido para Serra Malagueta é de 56,57, o que por excesso é 57. Comparando o valor com os encontrados nos casos que serviram de referência ao estudo, isto é, o "montado", caracterizado pela presença de azinheiras e sobreiros 55; o sistema romano datando de tempos Augusto, na área em torno de Eborá (Évora romana) 54; o convento Mitra e horta 48 e os vinhedos que formam as paisagens no Vale do Douro 53, não diferenciam tanto do da Serra de Malagueta.

Para terminar calcula -se a qualidade da paisagem cultural em estudo e, para isso, escolhe- se alguns indicadores de acompanhamento com aplicabilidade universal, isto é, que pode ser aplicado em qualquer região e em qualquer paisagem tais como: *Legal protection, cultural heritage condition, Maintenance of original function, social involvement, Man made damages, Erosion, Corrosion, Phyto-sanitarian quality, Biotope quality and diversity e safety*²⁶.

²⁶ Idem, CAPELO, BARATA & MASCARENHAS, 2011

Dito: Proteção legal, condição património cultural, a função original, envolvimento social, danos, erosão, corrosão, a qualidade fita- sanitária, qualidade do habitat, segurança e diversidade. Desta forma como (CAPELO, MASCARENHAS & THEMUDO, 2011) as paisagens patrimoniais pode exibir características extremamente diversas e contrastantes, tanto quanto a sua natureza e características, alguns indicadores consoante a **Tabela - 2**.

Quadro de ensaio de aplicabilidade dos indicadores de monitorização

Tabela - 2

Nº	Indicadores	Serra Malagueta
1	Legal protection	Yes
2	Maintenance of original functions	Yes
3	Social involvement	Yes
4	Cultural heritage conditions	Yes
5	Man made damages	Yes
6	Erosion	Yes
7	Corrosion	No
8	Phyto-sanitarian quality	Yes
9	Biotope quality and diversity	Yes
10	safety	Yes

Portanto, Serra Malagueta enquanto um Parque Natural dotado de um instrumento de gestão, mas também um património a necessidade de avaliação do seu estado da

paisagem em termos de qualidade do patrimonial é uma questão importante e a principal razão para a conceção e aplicação de indicadores de acompanhamento.

Desta forma, a aplicação do modelo de avaliação e monitorização, um instrumento importante e de aplicação universal, assim, se (CAPELO, MASCARENHAS & BARATA, 2011) se introduzir melhorias ao modelo, em termos de fiabilidade, pode ser aplicado a qualquer região ou paisagem, bem como, ensaios adicionais deverão ser conduzidos em diferentes paisagens e, em seguida, o modelo pode ser aplicado em todo o mundo.

O uso de indicadores de monitorização aumenta a nossa consciência dessas diferenças e nos ajuda a entender o quanto eles são o resultado da atividade humana.

5. Conclusões & recomendações

Considera – se o trabalho como um produto não acabado e que não esgota o tema, mas sim, reconhece a grande contribuição que pode prestar às lucubrações *a posteriori* que o tema pode inspirar.

Ao escolher o tema, “Serra Malagueta: Estratégias de Valorização e Conservação do Património”, *a priori*, pensou tratar – se de um tema que, “até banal”, pois, seria apenas um Parque Natural, “lugar”, já dotado de um instrumento de gestão territorial e que, de certa forma, estava sob custódios de três municípios, um espaço relativamente pequeno e assim, tudo seria simples e tanto quanto humilde, até porque não estava fora de um legado de memória já conhecido e vivido no passado.

Por conseguinte, tratava – se e trata – se de um assunto atual e cujas reflexões e estudos vêm sendo feitos por vários investigadores e cientistas, e de áreas distintas, pois a conservação do património natural e paisagístico, bem como cultural, briga com vários interesses e que requer uma administração sustentável dos recursos naturais, com a participação efetiva das comunidades locais ou autóctones, exigindo abordagens e atitudes consentâneas com a sua gestão e firmadas em estratégias de valorização do bem patrimonial.

É com base nestes fundamentos que se experimentou as dificuldades na obtenção de informações relacionadas com o objeto de estudo em questão, mas sempre iluminadas pelo conhecimento que se tem do local e envolto de um comprometimento cidadão em contribuir para uma gestão sustentável desse Património Natural e Cultural.

Assim, constatou – se que, não obstante Serra Malagueta um Parque Natural, reconhecido por peritos de todo o tipo, e dotado de um instrumento de gestão territorial, mas, como se disse, estando sob a batuta de três concelhos e, da mesma forma, retratado e refletido em instrumentos de gestão territorial municipal, neste caso, através dos PDM’s, carece de uma outra visão, estudo, abordagem e gestão. Isto é, precisa de uma gestão voltada para a valorização do Parque, a sua preservação e conservação numa perspetiva de

integração ambiental, social e económico sustentável, estribadas num conjunto de estratégias e que poderão ajudar a gerir conflitos, garantindo, também, a valorização de Serra Malagueta enquanto Património.

O Parque possui condições para ser um Cento Laboratorial de Pesquisa e Investigação, devido a existência de várias espécies, plantas, mamíferos, aves, répteis, sendo a investigação deve ser promovida, enquanto elemento importante de gestão, sobretudo no concernente ao acompanhamento do estado de conservação dos ecossistemas em geral, como de alguns elementos em particular, sendo as espécies ameaçadas objetos de programas específicos de recuperação e gestão, para além de um acompanhamento sistemático com vista ao controlo dos efeitos de certas atividades que poderão eventualmente estar na origem do desaparecimento dessas espécies. Pelo que, se calhar, podia - se inspirar numa das toponímias do local, “Baeta Neves”. Este²⁷, Primeiro Tenente da Armada, Engenheiro Hidrográfico e Silvicultor, chefe da Missão Geográfica a Cabo Verde, 1962, incumbida a fazer levantamento Geodésico e Geográfico do Arquipélago e que, certamente deu o nome ao local, para se por de pé este Cento Laboratorial de Pesquisa e Investigação e, quiçá, criar protocolos de/e parcerias investigativas e de pesquisas com o Centro de Ecologia Aplicada, "Prof. Baeta Neves" (CEABN), um centro de investigação integrado no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa!

Outra questão tem a ver com o grande grau de êxodo rural em certas zonas do Parque, o que, de certa forma, pode ser um ameaça ao equilíbrio patrimonial e cultural local, pois periga a continuação da produção cultural, sendo esta entendida de forma dinâmica e (BERNARDI, 1989) resultante de relações entre o homem (anthropos), sociedade (ethnos), ambiente (oikos) e o tempo (chronos). Dado que a base de sustentação económica da população do Parque e zonas de amortecimento é a agricultura, desta forma deve haver programas voltadas para uma agricultura, e porquê não a pecuária, local sustentável e orientadas para novas técnicas e filosofias de prática e produção, com a valorização de produtos endógenas.

²⁷ BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS, Vol. 045 [Cabo Verde] Portugal, Agencia Geral das Colonias, nº 045 – Vol. V, 1962, pg. 53.

A gestão e valorização do Parque deve ser uma tarefa de todos, numa perspetiva de partilha de responsabilidades, isto é, (PLANO DE GESTÃO, 2003:103) as áreas protegidas não podem ser tratadas como ilhas independentes, já que as relações estabelecidas entre os ecossistemas das áreas protegidas e os das não-protegidas são altamente importantes. Daí que a envolvimento tímida das Câmaras Municipais na gestão do parque deve ser acautelada e reforçada ao nível dos normativos ou legislações, sendo esta envolvimento melhor retratada e materializada através dos Planos Diretores Municipais, sem, no entanto, esquecer o papel relevante das associações comunitárias enquanto um dos motores do desenvolvimento local.

Apurou – se também a existência de várias práticas, sucessos, no concernente à gestão de parques naturais e culturais, como por exemplo, Saint-Émilion, onde estas experiências podem servir de referências à Serra Malagueta e as demais.

Por fim, e muito importante, é o elevado valor patrimonial do Parque Natural de Serra Magueta, valor este, que apela o engajamento forte das autoridades com responsabilidades na Gestão do Parque, mas também da sociedade civil organizada em associações e não só, sobretudo nas questões relativas à conservação e valorização patrimonial. Assim, atitudes proactivas devem ser incentivadas juntos, sobretudo, aos beneficiários diretos do Parque, devendo haver, também, um reforço à nível dos programas escolares, sendo a educação patrimonial e ambiental a fazer parte de umas das disciplinas de reforço curricular e sendo abordada de forma transversal e multidisciplinar.

6. Referências bibliográficas

AMARAL, Ilídio do; As Fronteiras do Sahel: alguns aspetos geográficos, Lisboa 1986.

AMARAL, Ilídio do; Santiago de Cabo Verde, A terra e os Homens; Associação das Universidade de Língua Portuguesa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, Universidade do Algarve, Universidade de Cabo Verde, 2007.

ARBORIZAÇÃO DAS ILHAS DE CABO VERDE, Boletim de Agencia Geral das Colonias, Ano 5º, nº 45, Março de 1929.

ASTON, Michael; INTERPRETING THE LANDSCAPE, Landscape Archaeology and Local History, This edition published in the Taylor & Francis e-Library, 2002.

BARATA, Filipe Themudo e MASCARENHAS, José Manuel ; The Cultural Park as a Platform Connecting Human Ecology with Cultural Landscape Management, Journal of Mediterranean Ecology vol. 6, No.1, 2005.

BARATA, Filipe Themudo et GONÇALVES, Geraldo Vidal; (Corrdenation d'édition); Patrimmoine Immatériel. Bases de Données et Organisation Sémantique. Mémoire descriptive, Junho 2008.

BARCELOS, C. José de Senna; Subsídio para a História de Cabo Verde e Guiné, 1988.

BENDER, Barbara; Time and Landscape, by (in current anthropology Volume 43, Supplement, 2002.

BERNARDI, Bernardo; Intofução aos Estudos Etno – Antropológicos, Editorial Teorema Lda, Lisboa, 1989.

BLAKE, Janet ; Elaboration d'un nouvel instrument normatif pour la sauvegarde du patrimoine culturel immatériel, Eléments de réflexion Faculté de droit Université de Glasgow (Royaume-Uni), édition révisée, 2002), Publié et imprimé par UNESCO.

BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS, Vol. 045 [Cabo Verde] Portugal, Agencia Gerla das Colonias, nº 045 – Vol. V, 1962.

BOURDIEU, Pierre; A economia das Trocas Simbólicas, 5. Edição, São Paulo: Perspetiva, 2001.

BREUX, Sandra, PAQUETTE, Sylvain, DOMON, Gérald et GONIDEC, Philippe Poullaouec ; LE PAYSAGE OU QUÉBEC, (Capsule 08-00), Décembre 2007 – Artigo. http://www.vrm.ca/Cap_0800.asp?ID=1035 (Consultada em 19/10/2012 ;19 :12)

CABRAL, Clara Bertrand; Património Cultural Imaterial, Convenção da UNESCO e seus Contextos, Edições 70, Lda., Setembro 2011.

CAPELO, S., BARATA, F. T., MASCARENHAS, J. M. de; Monitoring indicators as an important tool to assess the quality of heritage landscape along the time. The Problems of Landscape Ecology. Vol. XXX. 241-248, 2001.

CARVALHO, Ana; Os Museus e o Património Cultural Imaterial. Algumas considerações. In "Ensaio e práticas em museologia", ed. Alice Semedo e Patrícia Costa, 73 - 100. Porto: Universidade do Porto, 2011, Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8935.pdf>. (consultada em 19/10/2012;20:10).

CENSO: Recenseamento Geral da População, 2010, Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde.

CHASTEL, André; L'invention de l'inventaire : Editorial, La Revue de l'Art, Paris : CNRS, 1990.

CHOAY, Françoise; Alegoria do Património, Edições 70, Lda, Julho 2010.

CHOUQUER, Gerard; Patrimoine et paysages culturels. Actes du colloque international de Saint-Émilion (30 mai-1er juin 2001). Éditions Confluences, Renaissance des cités d'Europe, Octobre 2001. Disponível em: <http://etudesrurales.revues.org/document134.html>, Consultada em 02/11/12, 15:02.

CHOUQUER, Gerard; Que Reste – t – il de 3000 Ans de Création Payasagère? Approches archéologiques et ethnologiques", Écomusée du Creusot, Novembre 1991.

COELHO F., Conceição, NEVES, Natércia; Evolução do Pensamento Geográfico, Gradiva Publicação Lda., 1300 Lisboa, 9ª Edição, 1994.

COVAS, Maria das Mercês Cabrita de Mendonça; A Nova Ruralidade Como Problemática Educacional e Como Oportunidade Para o Desenvolvimento: algumas reflexões a propósito. (Nota da autora): Este texto é uma atualização e desenvolvimento de outras comunicações da autora, nomeadamente da que enviou ao IX Congresso da Sociedade Portuguesa das Ciências da Educação (SPCE) intitulado Educação para o Sucesso: Políticas e Atores, subordinado ao tema: Educação, Regiões e Autarquias, realizado no Funchal de 26 a 28 de Abril de 2007 e de uma comunicação em co-autoria com António Covas submetida ao I Seminário Internacional da Memória e Cultura Visual, organizado pela AGIR, intitulada "A razão sustentável e a turistificação/ludificação do espaço rural: um novo compromisso entre a memória, a imagem e a segunda modernidade rural", realizado na Póvoa de Varzim a 20 de Janeiro de 2007, em http://www.ela.uevora.pt/download/ELA_desenvolvimento_rural_04.pdf Consultado em 29/10/12, 15:39.

COVAS; António e Maria da Mercês; A “agrocultura glocal”: os produtos “glocais” amigos do mundo rural - Comunicação apresentada no VII CIER – Cultura, Inovação e Território: Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Cultura, Inovação e Território, Coimbra, Portugal, Outubro 2008.

ECO, Humberto; Como se faz uma tese em ciências humanas; Tradução de Ana Falcão e Luís Leitão, 12ª Edição, Editorial Presença, 2005, Lisboa.

FILHO, João Lopes; Cabo Verde, Subsídio para um Levantamento Cultural, Plátano Editora, SARL, Lisboa, 1985.

FILHO, João Lopes; Defesa do Património Sócio- Cultural de Cabo Verde, Ed. Ulmeiro, Lisboa 1985.

FORTES, Corsino; A Cabeça Calva de Deus; título genérico da trilogia: Pão & Fonema, publicada em 1980 (2ª edição), Árvore & Tambor, publicada em 1986, e Pedras de Sol & Substância, publicada em 2001.

FUNARI, Pedro Paulo A; Os desafios da destruição e conservação do Património Cultural no Brasil, Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 2001.

HERNÁNDEZ, Francisca H.; El Patrimonio Cultural: La Memoria Recuperada, Gijón, Espanha: Ediciones Trea, S.L., 2002.

INÁCIO, Ana Isabel; O Destino Enoturístico: Desenvolvimento Local e Criação de Valor, Revista 3-AC9 (Docente Universitária e Investigadora) IGOT/CEG, 2010.

KI - ZERBO, Joseph (Editor); HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA – I; Metodologia e pré-história da África, 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África, 2010.

LOPES, Avelino Bonifácio; Presidente da Plataforma das ONG's de Cabo Verde, Entrevista concedido ao Jornal “Expresso das Ilhas”, de 17-9-2011, 14:24:42 – (<http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/-estamos-longo-de-uma-sociedade-civil-autonoma> - consultado em 24/10/2012- 16:2.

LOPES, Leão; Manual Básico de Construção; Guia Ilustrado para a Construção de Habitação, Ministério das Infraestruturas e habitação, Republica de Cabo Verde, 1º Edição, Maio de 2001.

MALRAUX André, Discours d'installation de la Commission nationale de l'Inventaire, 14 avril 1964, extraits publiés dans un document de présentation de l'inventaire, 1994.

MEIRELLES, Laércio Ramos, RUPP, Luís Carlos diel (Coordenação); A Agricultura Ecológica, Princípios Básicos, Cento Ecológico, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, Brasil, 2005. [Http://www.centroecologico.org.br/Agricultura_Ecologica/Cartilha_Agricultura_Ecologica.pdf](http://www.centroecologico.org.br/Agricultura_Ecologica/Cartilha_Agricultura_Ecologica.pdf). data: 05/11/2012, 15:00.

MONTEIRO, Emanuel Sapinho; A Acácia Americana: Sua Importância na Vida do País. Assinalando e comemorando o Dia Mundial do Ambiente, continue a preservar as nossas florestas, 13-6-2011, 11:41:34 (artigo). In, Jornal online, Expresso das Ilhas. Consulta em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/pt/noticias/go/a-acacia-americana--sua-importancia-na-vida-do-pais>, 31/10/2012,02:04.

MONTEIRO, P. & I. Fortes; Relatório Socio-económico da Serra Malagueta, Direção Geral do Ambiente, Áreas Protegidas, Cabo Verde, 2006.

NABAIS, José Cesalta; Introdução ao Direito do património, 2º Edição, Edições Almedina, Av. Fernão Magalhães, nº 584, 5º Andar, 3000-174 Coimbra, Julho 2010.

ONG's - Mesa Redonda dos Parceiros e Potenciais Parceiros das ONG e Associações Cabo-verdianas, Plataforma das ONG de Cabo Verde, Gabinete de Apoio às ONG Secretariado Executivo da Plataforma das ONG - Achada São Filipe, C.P. 76-C - Fazenda - Praia – Santiago, 2008.

PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE, Turismo de Natureza e Enquadramento Estratégico, Instituto da Conservação da Natureza, 2000 – 2006.

PARTRIMOINES & SOCIÉTÉS, L'Harmattan, 2009, 5-7, rue de l'Ecole polytechnique, 75005, Paris.

PLANO DE GESTÃO, DO PARQUE NATURAL DE SERRA MALAGUETA, Ministério do Ambiente e Agricultura, Direção - Geral do Ambiente, República de Cabo Verde, 2003.

RODRIGUES, Valdemar J.; O Desenvolvimento Sustentável, Uma Introdução crítica, Edição e copyright Príncipia Editora, 1ª Edição – Fevereiro de 2009.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura; Museu e Comunidade: Uma Relação Necessária, 2009.

SÉKOU – TOURÉ, Ahmed; África, Ensino e Revolução, Via Editora, 1977.

TAVARES, Alice, COSTA, Aníbal, VARUM, Humberto; Manual de Reabilitação e Manutenção de Edifícios, Guia de intervenção, Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro, Inovadomus, 2011. [Http://www.inovadomus.pt/fh/images/documentos/article/5/MANUAL_INOVADOMUS.pdf](http://www.inovadomus.pt/fh/images/documentos/article/5/MANUAL_INOVADOMUS.pdf), Acesso em: Data e hora: 05/11/. 12:00:54.

UNESCO - <http://whc.unesco.org/fr/exhibits/cultland/histterm.htm>, Site de l'Unesco, Paysages Culturels, Histoire et terminologie. Consultada em 02/11/2012, 16 :32.

VARINE, Hugues de: Les Racines du Futur: Le Patrimoine au Service du Développement Local , Chalon sur Saône, ASDIC, 2002.

ZAMORA, João Clemente; O Processo Histórico, Livraria Renascença, 4ª Ed., Lisboa, 1938.

Normativos nacionais e internacionais.

Boletim Oficial - Suplemento, I Série - Número 17 de 3 de Maio de 2010 (Retificado pelo BO nº 28 de 26 de Julho de 2010, I Série - Constituição da Republica de Cabo Verde.

CENSO 2010; Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, INECV.

Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Basic Texts, Section of Intangible Cultural Heritage, Division of Cultural Objects and Intangible Heritage Culture Sector, UNESCO, Paris, Graphic design: Doc Levin/Judith Spinatsch, Marion Duval, Printed by: Albe De Coker, Belgium, UNESCO, March 2009.

Decreto nº108/87, de 24 de Outubro – B.O.nº.34. Decreto regulador do exercício do direito de associações (Reconhecimento das Associações).

Lei nº 25/VI/2003, De 21 de Julho. Lei que define o regime jurídico geral da constituição de associações de fim não lucrativo.

Lei nº. 28/III/87, de 31 de Dezembro – Suplemento B.O.nº52.

ONG's; Enquadramento Jurídica, Cabo Verde, Plataforma das ONG's, Fevereiro de 1999.

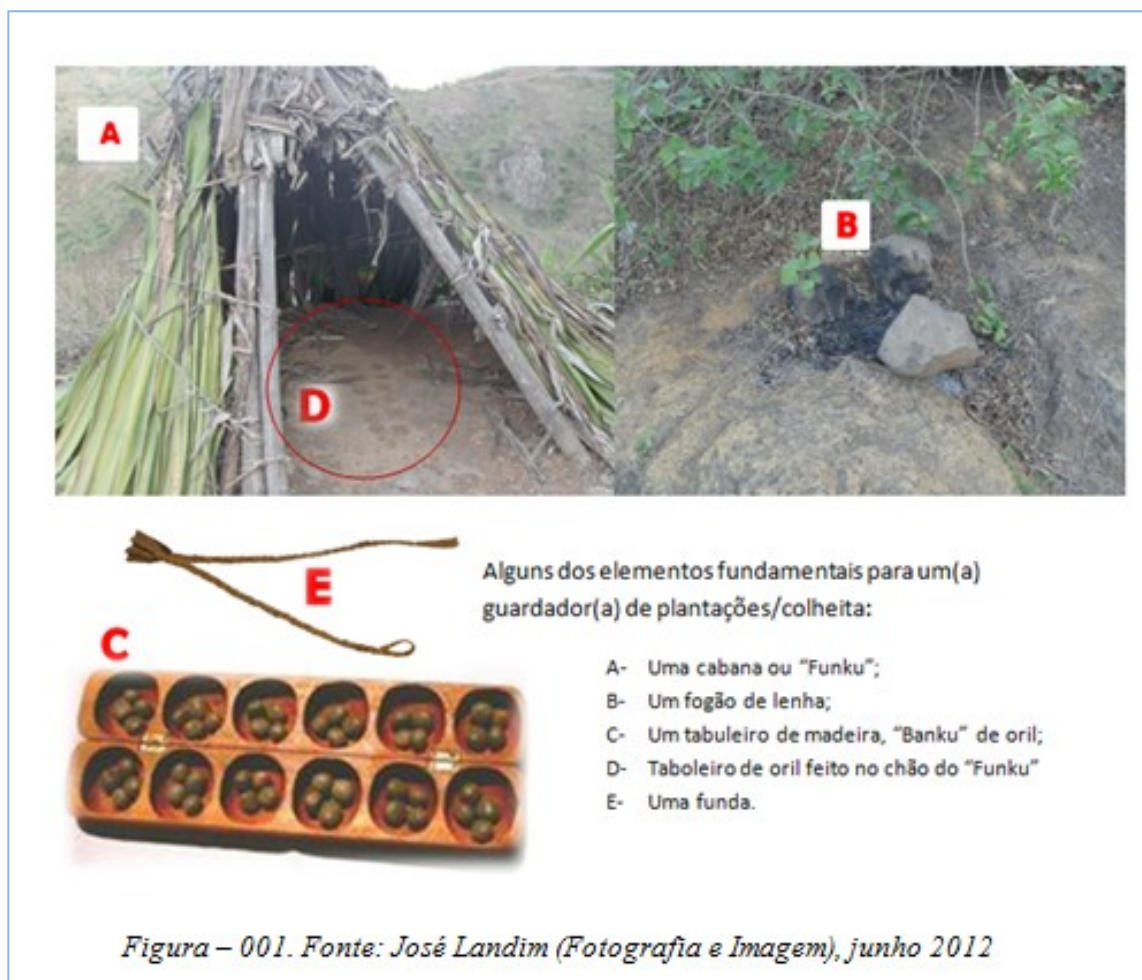
REPÚBLICA DE CABO VERDE, MINISTERIO DA ECONOMIA RESCIMENTO E COMPETITIVIDADE, Direção Geral da Industria e Energia e C.I.L.S.S., Programa Regional de Promoção das Energias Domesticas e Alternativas no Sahel (P.R.E.D.A.S) Praia, Março de 2005.

Suplemento ao "**BOLETIM OFICIAL"DE CABO VERDE nº 52, de 29 de Dezembro de 1990** - Lei nº 102/III/90 de 29 de Dezembro.

UNESCO, 1972, Convenção sobre a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural – Aprovada pela Conferência Geral na décima sétima reunião de Paris, 16 de Novembro de 1972.

UNESCO, 2003, Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO-, em sua 32^a sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro.

7. Anexos





**Figura – 004 – Exemplo núcleos populacionais em simbiose com a paisagem natural.
Serra Malagueta.**

<http://www.google.pt/search?q=serra+malagueta+ilha+de+santiago>. Setembro 2012.

Inventário das Variedades de Plantas, Aves, Mamíferos, Anfíbios e Invertebrados

(Fonte: Plano de Gestão de Serra Malagueta, 2003)

Espécies registadas no Parque Natural de Serra Malagueta e área circunvizinha. Para cada espécie de planta, existem informações sobre o seu nível de endemismo, o seu estado de conservação, se são plantas forrageiras ou plantas medicinais, assim como o seu nome comum em Crioulo (quando possível).

Códigos:

CV - estado das espécies na lista vermelha de Cabo Verde.

S: Estado das espécies na lista vermelha da ilha de Santiago.

CR: Em Perigo Crítico;

E: Em Perigo;

V: Vulnerável;

I: Indeterminado;

R: Raro;

For: Espécies usadas como ração para animais domésticos;

Med: Espécies usadas na medicina tradicional;

***** Espécies a serem confirmadas;

Espécies indicadas por Neves & Morais (1997).